

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**



Teresa Gonçalves Pereira Moraes

**UM OLHAR FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL SOBRE A INSERÇÃO
PSICOSSOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO PONTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
BUTANTÃ E SEUS TRABALHADORES USUÁRIOS DA SAÚDE MENTAL**

São Paulo, SP
2024

TERESA GONÇALVES PEREIRA MORAES

**UM OLHAR FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL SOBRE A INSERÇÃO
PSICOSSOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO PONTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
BUTANTÃ E SEUS TRABALHADORES USUÁRIOS DA SAÚDE MENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências
Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr.
Diogo Arnaldo Corrêa.

São Paulo, SP
2024

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por sempre me incentivarem a ir atrás de conhecimentos e novas vivências. Ao meu pai, Aluísio, por ter evidenciado a importância do estudo e da dedicação. À minha mãe, Roberta, por me lembrar das melhores coisas da vida diariamente.

À minha madrastra, Lú, e ao meu padrasto, Quinho, por todo o suporte e experiências proporcionadas ao longo do meu desenvolvimento.

Ao meu irmão, Antônio, por me ensinar tanto e me atentar às mazelas e belezas do mundo. Às minhas irmãs, Kika e Maria, por sempre me transportarem à infância quando estamos juntas.

Às minhas avós, Stella e Cornélia, por serem dois grandes exemplos de mulheres inteligentes, fortes e inspiradoras.

Às minhas amigas, desde as que cresceram comigo na época da escola, até as que eu tive a sorte de conhecer na faculdade. Todas elas fizeram com que o caminho percorrido até aqui fosse mais leve e alegre.

Ao Pedro, por ter me apoiado - tanto presencialmente, quanto à distância - de maneira paciente, apaziguadora e amorosa.

À PUC-SP por ter proporcionado seis anos de graduação repletos de momentos memoráveis.

Aos professores do curso que contribuíram imensamente para a minha formação como psicóloga. Em especial, agradeço ao professor e orientador deste estudo, Diogo Arnaldo Corrêa, que demonstrou-se disponível durante todo o processo e enriqueceu o trabalho a partir de seus apontamentos.

Por fim, mas não menos importante, ao Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã e seus trabalhadores que tive o prazer de conhecer, especialmente os seis entrevistados, por me receberem tão bem em seu espaço e permitirem que o trabalho de campo pudesse ser realizado.

Nós da saúde mental já tivemos tantas perdas e ainda temos... a gente tem que lutar para ter lugares como esse [o Ponto]. (...) É uma luta constante muito importante, mas que vale, não é? (...) Por mais que seja muita luta, é isso, é um jeito de construir espaços libertários. E quem sabe um dia a gente possa afastar o manicômio daqui.

(Trecho da fala de uma das trabalhadoras entrevistadas do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã)

RESUMO

Área do Conhecimento: 7.07.00.00-1- Psicologia

Subárea do Conhecimento: 7.07.10.00-7- Tratamento e Prevenção Psicológica

Título: Um olhar fenomenológico-existencial sobre a inserção psicossocial: a experiência do Ponto de Economia Solidária do Butantã e seus trabalhadores usuários da saúde mental.

Ano: 2024

Orientador: Prof. Dr. Diogo Arnaldo Corrêa

Autora: Teresa Gonçalves Pereira Moraes

A presente pesquisa discutiu a economia solidária, seu surgimento, princípios e possibilidades, além de traçar uma relação desta com a saúde mental. Para uma articulação mais profunda, o texto focou a experiência do “Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã” (um equipamento público ligado à Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo que possibilita o diálogo entre a Economia Solidária, usuários dos CAPS e a comunidade local). Sobre esse espaço, a pesquisa elencou o que ocorre, quais os objetivos, quem faz parte do projeto, entre outros aspectos. Dentro disso, a pergunta que norteou a pesquisa foi: quais são os impactos psicossociais gerados nos participantes do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã a partir do trabalho que executam e como isso se apresenta considerando, sobretudo, o contexto de inserção destes na saúde mental? Para tanto, a discussão costurando perspectivas teóricas e os relatos dos participantes, no estudo, foi realizada a partir do enfoque Fenomenológico-Existencial. Assim, essa pesquisa teve como objetivo estabelecer um possível diálogo - com aproximações e distanciamentos - entre a saúde mental, o trabalho e os sentidos de vivências que podem ser gerados a partir disso por meio de entrevistas com seis participantes do local. Compreendeu-se que, embora ainda existam dificuldades apresentadas pelo campo da economia solidária, as possibilidades de vivências e ressignificações que ela apresenta são fundamentais, principalmente ao considerarmos o âmbito da saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental; Trabalho; Fenomenologia; Subjetividade; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The present research discussed solidarity economy, its emergence, principles, and possibilities, as well as its relationship with mental health. For a deeper articulation, the text focused on the experience of the "Solidarity Economy and Culture Point of Butantã" (a public facility linked to the Health Department of the City Hall of São Paulo that enables dialogue between Solidarity Economy, users of CAPS, and the local community). Regarding this space, the research outlined what happens there, its objectives, who is involved in the project, among other aspects. Within this framework, the research question guiding the study was: what are the psychosocial impacts generated on the participants of the Solidarity Economy and Culture Point of Butantã from the work they perform, and how does this manifest considering, above all, their insertion context in mental health? Therefore, the discussion, weaving theoretical perspectives and participants' reports, in the study, was carried out from a Phenomenological-Existential approach. Thus, this research aimed to establish a possible dialogue - with similarities and divergences - between mental health, work, and the meanings of experiences that can arise from it through interviews with six participants from the location. It was understood that, although there are still difficulties presented by the field of solidarity economy, the possibilities of experiences and resignifications it presents are fundamental, especially when considering the realm of mental health.

Keywords: Mental Health; Work; Phenomenology; Subjectivity; Sustainability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	9
3. SAÚDE MENTAL E A REFORMA PSIQUIÁTRICA.....	19
4. UM OLHAR FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL SOBRE O CAMPO PSICOSSOCIAL.....	25
5. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL ESTUDADO.....	29
6. MÉTODO:.....	31
7. 1. Procedimento:.....	33
7. 2. Plano de Análise de Dados:.....	35
7. ENTREVISTAS E RESULTADOS.....	36
8. ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	38
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

Como tema de pesquisa para a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso, escolhi relacionar a experiência do trabalho com a Saúde Mental e, dentro disso, compreender como a economia solidária dialoga e tangencia tais pontos. Neste contexto, acredito ser relevante elucidar que meu interesse a respeito da temática surgiu através das aulas e estudos oferecidos pelo curso de graduação em Psicologia na PUC-SP. Além disso, ao reconhecer a atividade laboral como algo estruturante na vida do sujeito, creio ser fundamental se debruçar para as questões de saúde do trabalhador e os cenários sociais que envolvem cada vivência.

Outro interesse bastante expressivo que carrego desde o início da faculdade, é pela perspectiva fenomenológico-existencial. Em minha visão, a fenomenologia-existencial possibilita pensarmos sobre diversos temas de forma poética e elucidante. Tendo isso em vista, optei por sustentar o método, procedimento e análise de dados a partir da fenomenologia existencial, uma vez que esta possibilita compreendermos um fenômeno em suas complexidades, ambiguidades, possibilidades e, sobretudo, em sua não-absoluta verdade, como se fosse um objeto de experimento científico. Inclusive, ao entrarmos em contato com a experiência laboral, ou seja, um espaço no qual encontramos pessoas, histórias e pluralidades, é essencial que tenhamos um olhar não-generalista, algo que a fenomenologia-existencial, certamente, garante.

Nesse sentido, é possível pensar o trabalho como uma maneira de “formar o mundo”, ou seja, um modo do ser humano se expressar, se conhecer, se identificar, se colocar e produzir. Assim, a economia solidária - que carrega princípios de cooperação, solidariedade, autogestão, entre outros - configura-se como uma fonte de trabalho (não só produtora de renda, mas de vida) em que o homem pode explorar suas potencialidades e possibilidades de ser de maneira livre.

Ademais, como forma de elucidação, o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã tornou-se um grande contribuinte para a realização da pesquisa, pois apresenta-se como uma instituição bem-sucedida de proposta de economia solidária e, além disso, abriu a possibilidade de que houvesse a vivência prática do trabalho através da realização de entrevistas com alguns trabalhadores do local. Assim, foi possível, além de entrar em contato com as experiências relacionadas à atividade de trabalho de cada participante entrevistado, compreender como tais vivências impactam psiquicamente tais trabalhadores.

Nesse sentido, essa pesquisa pretendeu elencar e compreender quais são os impactos subjetivos que a lógica da economia solidária gera em trabalhadores usuários da Saúde Mental, utilizando o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã como exemplo. O estudo está primeiramente estruturado em três sessões teóricas: a economia solidária; Saúde Mental e a reforma psiquiátrica; e um olhar fenomenológico-existencial sobre o campo psicossocial. Essas sessões trouxeram a base teórica para sustentar a análise que foi feita das narrativas dos trabalhadores extraídas das entrevistas. Por fim, a pesquisa contou com uma discussão que abarca os pontos teóricos e práticos desenvolvidos neste trabalho.

A pesquisa é relevante uma vez que se trata de uma discussão que esbarra em duas questões sociais importantes: o trabalho e a Saúde Mental. Nesse sentido, dialogar com ambos os aspectos e, sobretudo, discutir como essa relação aparece no campo da economia solidária é fundamental e necessário, já que se trata de uma mudança recente na história das formas de produção. E, para isso, utilizar o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã como exemplo torna-se interessante, pois aparece como uma matéria viva para ilustrar as possibilidades individuais e coletivas que este promove, sendo este espaço, dentre as iniciativas de economia solidária, um dos mais reconhecidos da cidade de São Paulo. Por fim, o estudo também é relevante, inclusive, para a instituição do Ponto, uma vez que se trata de um material que contribui com a permanência da iniciativa do local.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa foi desvelar quais os possíveis aspectos de inserção psicossocial que essa nova forma de economia e produção gera nos trabalhadores usuários da Saúde Mental, e compreender quais os sentidos das vivências desse grupo nesse contexto. E como objetivos específicos considerou-se descrever como o trabalho atua na lógica da economia solidária como um movimento de resistência; elencar as possíveis controvérsias e/ou dificuldades da inserção deste tipo de trabalho dentro do sistema capitalista brasileiro e discutir, a partir da fenomenologia-existencial, possibilidades de desvelar as potencialidades que essa forma de trabalho promove e, assim, gerar uma visão mais ampliada sobre o tema.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para compreender o projeto da economia solidária é preciso, antes, debater sobre a lógica do capitalismo, uma vez que essas duas formas de produção e propostas como um todo, configuram um embate conceitual e prático. A partir da revolução capitalista, o homem que surge é um indivíduo livre, sujeito de sua vida, diferente daquele do antigo feudalismo que já, mesmo ao nascer, teria sua vida determinada e estabilizada. Essa transição, caracterizada também pelo liberalismo como produção ideológica da burguesia, expressa uma ênfase no indivíduo, o que faz com que sua experiência individual seja reconhecida e valorizada.

Nesse sentido, o modo de produção capitalista se sustenta a partir da competição entre os indivíduos e empresas que buscam uma ascensão através da acumulação de lucro. Isto é, de acordo com Bello (2012), a nossa civilização está voltada ao capital e, por isso, a educação e a formação profissional buscam sempre o que gera mais renda e, nesse sentido, acaba por desvalorizar as profissões ligadas à outras áreas de conhecimento, como sociais, artísticas, manuais, filosóficas etc. Na busca pelo lucro através da competição individualista, as formas e/ou condições de trabalho não são o mais relevante, mas sim o objetivo final, ou seja, o de lucrar. Neste cenário,

O homem tem sido o meio para a economia capitalista atingir-se como um fim em si mesma, o que contraria o princípio universal antropocêntrico e despreza o ser humano a cada dia através do crescimento do desemprego, da redução dos direitos trabalhistas, da miséria, da desnutrição, da falta de saúde e outras tantas mazelas do capitalismo atual. (Bello, 2012, p. 235)

Tendo isso em vista, é notável que o tempo também entra em jogo, já que, quanto mais se produz em rapidez, mais se lucra. Assim, as condições de trabalho que, muitas vezes, já não eram as ideias, passam a ser cada vez mais precarizadas, pois a experiência laboral visa apenas a uma meta a ser atingida. Diante disso, para sustentar essa lógica, novos discursos passam a entrar em vigor na sociedade atual, como a ideia de empreendedorismo.

Tal proposta, sugere que o indivíduo possa ser seu próprio patrão e, com isso, supostamente, estaria com as rédeas da sua produção e lucro. Entretanto, nota-se que há uma grande problemática mascarada através do discurso do empreendedorismo, já que quem realmente irá deter os benefícios do serviço prestado serão as grandes empresas por trás do

trabalhador que, na realidade, apenas terá seus direitos trabalhistas violados sustentados pela ideia de ser seu próprio chefe.

Seguindo essa linha, Rodrigues (2023) aponta que “[a] nova estratégia de ascensão do poder neoliberal apresenta outra maneira de gestão: o desejo pessoal do slogan ‘chefe de si mesmo’” (p. 179). O autor defende a ideia de que essa forma de gestão do próprio trabalho denomina-se uberização e, neste contexto, o trabalhador enfrenta sozinho os custos e riscos envolvidos em sua prestação de serviço, bem como, a busca pela garantia de segurança e alimentação. Além disso, apesar de, definitivamente, haver avanços no campo do trabalho atualmente, Rodrigues (2023) expõe o outro lado da cena:

É importante deixar claro que, de fato, aconteceram novidades, afinal de contas o mundo do trabalho passou por transformações, mas é necessário entender que muito dessas narrativas são postas para a maximização de lucros das empresas que, diante da flexibilização dos contratos de trabalho, fazem o movimento de transferência de encargos aos trabalhadores. (Rodrigues, 2023, p. 181)

Neste cenário, a uberização aparece como uma nova forma de configuração do trabalho que carrega diferentes modos de controle, gerenciamento e subordinação. Tal processo, gera o trabalhador que Abílio (2019) nomeou como “autogerente-subordinado”, uma vez que, na medida em que o formato de contratação se flexibiliza e, portanto, em tese, o trabalhador poderia ser gerente de si, este continua preso às amarras do jogo opressor capitalista que, inclusive, vem se atualizando com o avanço das plataformas digitais e algoritmos dentro das “empresas-aplicativo”. O trabalhador uberizado não detém garantias, direitos ou segurança em relação ao seu trabalho, e deve arcar com os riscos de sua atividade. Todavia, tais condições não são em sua totalidade evidentes, já que a subordinação e o controle sobre o trabalho aparecem de maneiras menos escancaradas, o que se torna mais convidativo ao trabalhador que busca recursos para sobreviver dentro do mercado.

Até mesmo as regras de funcionamento das empresas-aplicativo, por exemplo, não são de todo modo claras e, nesse contexto, o trabalhador que crê ter controle sobre sua atividade, se vê impossibilitado. Além disso, em muitos casos, tais empresas já estipulam o valor do trabalho e, dentro disso, arrecadam a maior parte do montante, assim, é necessário que o trabalhador exerça sua ocupação por longas jornadas para acumular pouco dinheiro.

Portanto, é possível afirmar que “(...) o trabalhador está disponível, mas não tem qualquer possibilidade de negociação ou influência na determinação da distribuição de seu próprio trabalho nem sobre o valor do mesmo.” (Abílio, 2019, p. 3). Ou seja, o trabalhador

deve estar a todo momento à disposição da empresa, sem ter nenhum entendimento sobre como sua força de trabalho está sendo - ou não - reconhecida.

Como consequência, o trabalho - quando existente, já que o número de desemprego é massivo - torna-se cada vez mais precarizado, sem garantia de direitos e recursos. Mais que isso, o fazer laboral torna-se algo mecanizado e cansativo, na medida em que se configura como uma luta constante por um lucro prometido inalcançável ao trabalhador, porém um lucro factível ao empresário já bem-sucedido das grandes empresas que existem por trás. Portanto, “[n]o capitalismo há um ato que caracteriza o sistema econômico: a obtenção de excedente, seja pela extração de mais valia (trabalho não pago) ou de lucro, seja comercial ou financeiro.” (Andrada & Esteves, 2021, p. 40).

Nesse mesmo sentido, Antunes (2018), contribui ressaltando que a hegemonia do capital financeiro comanda a lógica trabalhista, uma vez que, é a partir da exigência dela que os trabalhadores devem garantir às empresas os altos lucros dentro do menor tempo. Dentro disso, a flexibilização e terceirização no momento da contratação, garante quase que uma permissão para que cada vez mais os direitos trabalhistas sejam burlados, com jornadas de trabalho prolongadas e salários reduzidos. Assim,

(...) a terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc. (Antunes, 2018, p. 37)

Como consequência a essas mudanças no mundo do trabalho, mesmo com o avanço tecnológico, as condições precárias para exercer as diversas atividades laborais foram se acentuando, já que a exploração da força de trabalho continua sendo uma grande fonte de geração de renda. Nesse cenário, Dimov e Nóbrega (2014) chamam a atenção para o fato de que a classe trabalhadora foi profundamente afetada, vivenciando, então, altas taxas de desemprego e subemprego, além de um aumento significativo nos casos de LER/DORT (Lesões por esforços repetitivos/ Doenças ósteo-musculares relacionadas ao trabalho) e da crescente inserção das mulheres no mercado informal de trabalho.

Tendo isso em vista, tais autores defendem a ideia de que “[a]s condições de saúde e de segurança no trabalho espelha a desigualdade social presente na sociedade capitalista.” (Dimov & Nóbrega, 2014, p. 132). Frente a lógica do capital, a saúde e a dignidade são postas em xeque e, neste jogo, o lucro vence o valor da vida humana. Sem perspectivas de

mudanças, o trabalhador se submete à exploração, uma vez que é apenas nessa condição que irá garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, muitas vezes, por desconhecimento, os trabalhadores informais deixam de notar a relação existente entre o trabalho e a saúde e, como resultado, adoecem e não lutam por melhores condições de trabalho. (Dimov & Nóbrega, 2014).

Apesar das críticas em relação ao trabalho moderno precarizado serem bastante atuais, o descontentamento da classe trabalhadora já esteve presente em décadas anteriores. Por exemplo, nos anos 1990, o Brasil apresentou uma economia instável após a instauração do neoliberalismo hegemônico e, com isso, o desemprego em massa caracterizou tal momento que ficou conhecido como “horror econômico” (Oliveira; Neves; Singer, 2003). Além disso, neste período histórico, os vínculos empregatícios baseados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já não eram vistos como benéficos aos contratantes e, por isso, ainda mais oportunidades de trabalho foram desarranjadas. Neste cenário,

Se os trabalhadores pertencentes aos países que viveram a experiência do Estado de Bem Estar Social (Welfare State) foram profundamente afetados, os trabalhadores dos países do Sul, considerados “subdesenvolvidos”, como por exemplo, o Brasil, foram ainda mais atingidos. Além de não terem vivenciado a experiência do Welfare State, as condições de trabalho que já eram precárias, mas vistas como provisórias, neste novo cenário tornam-se definitivas, e a possibilidade de inserção em trabalhos formais com direitos sociais deixa de ser uma realidade. (Dimov & Nóbrega, 2014, p. 130)

Assim, surge no Brasil, nessa época, uma classe trabalhadora complexificada e descontente com tal situação que, não só trazia malefícios em termos econômicos, mas também de direitos e condições de vida e bem-estar. Além disso, este momento foi marcado pela democratização do país e, com isso, discussões sobre a democratização também no mundo do trabalho, passaram a acontecer.

Ocorrem uma série de movimentos empunhados por trabalhadores informais ou desempregados com dificuldade de reinserção no mercado de trabalho e, seguindo neste caminho, houve a formação de cooperativas de trabalho, de produção e de associações de trabalhadores, pautadas na autogestão (Leite, 2009). Assim, “[é] nesse contexto que serão fortalecidas medidas voltadas à geração de emprego e renda, entre as quais a economia solidária desponta como uma alternativa importante.” (Leite, 2009, p. 42).

Nesse ínterim, a

Economia solidária se compreende como sendo o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito,

organizadas sob a forma autogestionária e solidária (Portaria Interministerial 353, 2005). Como processo de anunciação coletiva, na economia solidária, o processo e o produto do trabalho não são dissociados do sujeito trabalhador, que é constituído como parte potente e visível da relação criativa e criadora que constrói com a experiência de trabalho; assim, o trabalhador é o protagonista do processo. (Santiago; Yasui, 2015, pg. 703).

Além disso, Santiago e Yasui (2015) apontam que a economia solidária se caracteriza por pensar e realizar o trabalho a partir de uma visão de sociedade mais solidária, na qual, embora o trabalho esteja presente, também são importantes as necessidades materiais e imateriais, como a qualidade de vida, o desenvolvimento pessoal, o acesso ao consumo, entre outros. Nesse sentido, o texto elenca os princípios dessa forma econômica: “cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambiental” (p. 703). Isso posto, os autores afirmam que a economia solidária se contrapõe à lógica produtiva do capitalismo que se estrutura a partir da competição, hierarquização e empobrecimento das relações sociais e injustiça, na medida em que ela valoriza a confecção de produtos e vínculos mais éticos, justos e permeados de sentidos. Assim, a economia solidária se aproxima da Saúde Mental, pois valoriza o trabalho como possibilidade de estar no social de forma mais integral que as simplificadas relações utilitárias e normalizantes que o capitalismo fortemente investe (Santiago e Yasui, 2015).

Seguindo nessa mesma linha, Andrada e Esteves (2017) explicitam que

(...) a Economia Solidária é, em suas origens, princípios e bases, uma ética e uma prática francamente anticapitalista; um movimento social de resistência ao capitalismo tramado nas fendas do sistema, por trabalhadores dele excluídos ou em franca recusa às mazelas do assalariamento, com vistas a superá-lo. (Andrada; Esteves, 2017, p. 172).

E, como um movimento de segundo grau, uma vez que engloba diferentes formas de resistências políticas, a economia solidária

(...) põe em rede e aglutina trabalhadores/as de outros movimentos sociais, com reivindicações e processos organizativos próprios: trabalhadores assentados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores, ribeirinhos, agricultores familiares, trabalhadores de fábricas recuperadas, catadores de resíduos urbanos, artesãos, artistas de rua, usuários de serviços de saúde mental, membros de comunidades tradicionais encontraram-se e, de alguma forma, amalgamaram suas lutas na Economia Solidária. (Andrada; Esteves, 2017, p. 173)

Paul Singer (1932-2018), por sua vez, coloca que a característica da cooperativa é “(...) a escassez de capital (decorrência da pobreza) e a prática solidária. A solidariedade substitui, em alguma medida, o capital faltante” (Singer, 2001, p. 106). Então, para o autor, a

construção de um laço de solidariedade não diz respeito a quem irá produzir mais para depois ser melhor compensado que os outros, mas sim uma ação para o bem do companheiro para além de si mesmo. Ademais, Singer (2001) aponta que as assembleias sempre estão presentes na lógica da cooperativa, uma vez que todos devem pensar juntos o funcionamento do projeto e, assim, uma autogestão é estabelecida, o que traz autodisciplina e dignidade ao trabalhador, algo que, muitas vezes, não é levado em conta em uma empresa fundada na lógica capitalista.

Dialogando com a ideia de que a economia solidária diverge do sistema hegemônico capitalista, Veronese e Guareschi (2005) afirmam que “O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer formas.” (p. 60). E também, “O objetivo do empreendimento solidário é a obtenção da quantidade e da qualidade do produto ou serviço que venha a atender a demanda social, e não apenas maximizar o lucro.” (p. 60). Complementando essa discussão, Moraes e Castro-Silva (2016) salientam que o ato de ir às compras incentivado pelo capitalismo não supre de fato as necessidades humanas, mas sim está ligado à “superficialidade, à futilidade e ao modismo” (Moraes; Castro-Silva, 2016, p. 759) e, ao contrário desse caminho, os cooperados produzem “novos sentidos para o ato de comprar: autonomia, cidadania, afeto, simplicidade e liberdade.” (Moraes; Castro-Silva, 2016, p. 759).

Isto posto, a economia solidária aparece como

(...) um meio de inserção na sociedade, um modo de se lidar melhor com o sofrimento e com o que este representa em sua vida, um meio de estar em contato com outras pessoas facilitando igualmente a troca de experiências e o combate à cronificação, evitando possíveis crises por causa do sofrimento psíquico. (Andrade et al, 2013, p. 189).

Nesse cenário, em concordância, Andrada e Esteves (2017) enfatizam que experiências de produção como essas “(re)organizam” as formas de viver o trabalho e a vida social dos indivíduos e comunidades, as quais vão em direção contrária às oferecidas pelo neoliberalismo.

Isto posto, é relevante compreender como a economia solidária se estabeleceu e continua a conquistar reconhecimento historicamente. De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (definido em seu site como “instrumento do movimento da Economia Solidária e espaço de articulação e diálogo entre diversos atores, diversas atrizes e movimentos sociais pela construção da economia solidária, como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.”),

[...] nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada. (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, III Plenária Nacional da Economia Solidária, 2003).

Em concordância, Souza (2011), aponta que, ainda na década de 1990, as experiências com pretensão igualitária e democrática de trabalho e renda, trouxeram a atividade econômica associativa como possibilidade e, neste contexto, diferentes nomes foram propostos à essa “outra economia”: “economia social, economia do trabalho, economia popular e economia solidária.” (Souza, 2011, p. 174). Ademais, o autor relembra fatos ainda mais anteriores:

Um dos antecedentes importantes da economia solidária foi a fundação de uma cooperativa de consumo de operários têxteis na cidade britânica de Rochdale, próxima a Manchester, em 1844. Tal iniciativa marcou o início do cooperativismo moderno, com diretrizes de organização definidas. A partir daquela empreitada surgiram outras cooperativas de diversos segmentos, impulsionando um processo que culminou na criação da Aliança Cooperativa Internacional em 1895.” (Souza, 2011, p. 174)

Já no Brasil, em primeiro momento, o cooperativismo chegou no início do século XX, trazido por imigrantes europeus. Como um formato inicial, as primeiras cooperativas estavam presentes no meio rural e nas cidades. Depois, dos anos 1950 a 1980, surgiram cooperativas populares sustentadas por setores da Igreja Católica, criadas por moradores das periferias urbanas. Então, “foi somente na década de 1990, quando surgiram empresas industriais com inspiração autogestionária, no contexto de elevado desemprego, que a expressão economia solidária se difundiu.” (Souza, 2011, p. 174-175).

Assim, as diversas experiências de economia solidária existentes no Brasil entre 1990 e o início dos anos 2000, desenvolveram cada vez mais esse novo modo de produzir e de pensar o trabalho. Nesse sentido, através de feiras, fóruns e eventos afins, construiu-se um movimento nacional e, frente a isso, no início do século XXI, a economia solidária passou a ganhar espaço como políticas de governo e, em alguns casos, como políticas públicas, além de aparecer em setores da sociedade civil e organizações sociais (Dimov e Nóbrega, 2014).

A partir de então, foi criado, em 2003, um órgão público federal específico: a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho.

Além disso, como ressaltam Dimov e Nóbrega (2014), “O próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) aposta no cooperativismo como forma coletiva de produção, criando, em 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) (...)” (p. 134).

Tendo isso em vista, é possível afirmar que, em contrapartida à lógica capitalista de produção, a proposta da economia solidária parte da ideia de que a competição individual imbricada nas formas de produção capitalistas deve ser substituída por um caráter coletivo, democrático e igualitário. Diante disso, a estrutura hierárquica presente nas relações hegemônicas de trabalho não é perpetuada dentro da intenção da economia solidária, mas sim as decisões e organizações da iniciativa são elaboradas de maneira coletiva, na qual todos expõem suas opiniões e ideias. Nesse sentido, é possível pensar uma forma de produção

(...) em que trabalhadores/as, livremente unidos por meio de associações e cooperativas, possam autogovernar todo o processo de produção, consumo e crédito, sem intermediários. Essa constitui a maior radicalidade da economia solidária como projeto de outra economia (Andrada & Esteves, 2021, p. 39).

Seguindo essa noção, o objetivo dos trabalhadores que atuam a partir da proposta da economia solidária não é o de criar uma economia paralela, mas sim uma que deve aparecer no lugar da capitalista. Ou seja, as “[c]ooperativas e associações são criadas justamente para substituir intermediários capitalistas (comercial, trabalhista ou financeiro) por meio da solidariedade econômica. É justamente essa ‘substituição’ que recebe o nome de ato cooperativo.” (Andrada & Esteves, 2021, p. 40).

Diante disso, o lugar que a economia solidária ocupa é discutido por outros autores também. De acordo com Baratieri e Beatriz (2013), para alguns, tal proposta não passa de uma tentativa de combater as consequências do modelo econômico capitalista. Para outros, ela seria uma forma de superar o capitalismo. De um modo ou de outro, tais autoras buscam reforçar que “[o] movimento da Economia Solidária é uma oportunidade de resgate da dignidade humana e desenvolvimento de autoajuda e ajuda mútua, o que é essencial à saúde de todos os indivíduos, do ponto de vista da psicologia.” (Baratieri e Beatriz, 2013, p. 84).

Nesse cenário, Andrada e Esteves (2021) descrevem que no propósito dessa nova forma de produção, há a geração de igualdade no momento de distribuição do capital - ato cooperativo - e, anteriormente a isso, nos momentos de ajuda mútua que devem satisfazer as necessidades do grupo como um todo. Portanto, os trabalhadores colocam sua força de trabalho aos meios de produção de forma coletiva, e os resultados são integralmente

divididos entre eles. Assim, tais autores afirmam que a economia solidária não é o empreendedorismo, já que não se trata de uma valorização daquilo que é - ou ilusoriamente é - conquistado individualmente, mas sim reconhece aquilo que há de coletivo nas iniciativas. Isto é,

[...] enquanto o discurso empreendedor veicula o heroísmo, enfatizando a capacidade individual, o ‘espírito empreendedor’ e o ‘comportamento proativo’ como fundamentais para a superação de dificuldades estruturais que são tratadas como problemas de ordem pessoal ou subjetiva, a ética solidária entende que a emancipação social, econômica ou política só é possível coletivamente, a partir do reconhecimento recíproco e da luta coletiva pela transformação das condicionantes estruturais que possibilitam a dominação e produzem a pobreza. Em outras palavras, enquanto a ‘ética do herói’ incentiva a superação individual da pobreza por meio da competição de todos contra todos, a ética da coletividade promove a solidariedade como condição para a transformação social, política e econômica. (Andrada & Esteves, 2021, p. 42).

Todavia, frente tal hegemonia do modo de produção capitalista, o qual detém raízes profundamente estabelecidas no mercado e no funcionamento da sociedade como um todo, torna-se inegável que a proposta da economia solidária enfrenta dificuldades de inserção. Sobre isso, Iaskio (2006) aponta que o mercado capitalista se constitui a partir da concorrência, pois é a partir dela que os preços e salários são determinados, considerando sempre o contexto de oferta e demanda. Nesse sentido, o autor prossegue sua linha de argumentação ressaltando que, muitas vezes, os empreendimentos de economia solidária não conseguem acumular, já que, geralmente, são comprometidos pela falta de recursos desde o início das atividades do local institucional.

Assim, Iaskio (2006), expõe a crítica de que, frente a necessidade de adaptação ao mercado capitalista que circula nos meios sociais, diversas vezes, “(...) os trabalhadores [das iniciativas de economia solidária] perdem sua autonomia.” (Iaskio, 2006, p. 134) , uma vez que as decisões sobre o processo de produção estão sujeitas ao mercado.

Apesar da crítica, torna-se evidente a importante contribuição da economia solidária em estar estritamente vinculada à saúde do trabalhador, uma vez que as condições e sentidos atribuídos ao trabalho são essenciais para a garantia de um bem-estar no contexto da atividade laboral, algo que, a partir do que foi anteriormente descrito, a proposta da economia solidária apresenta-se mais debruçada e preocupada em comparação à capitalista. Tendo isso em vista, embora evidentemente exista dificuldades de inserção dessa forma de economia frente à massiva hegemonia de produção capitalista, há um claro fomento cultural,

socioeconômico, psicossocial e de construção de relações que é propiciado pela iniciativa da economia solidária.

3. SAÚDE MENTAL E A REFORMA PSIQUIÁTRICA

Ao caminharmos para relação existente entre o campo da saúde mental e o do trabalho, é preciso, em primeiro momento, abarcar a definição de Saúde Mental e do conceito de Saúde. São múltiplas as possibilidades de se pensar sobre tal tema e, no presente estudo, de início, foi levado em conta uma definição mais categórica e científica da Organização Mundial da Saúde (OMS) e, depois, abriu-se espaço para uma discussão debruçada nas diferentes compreensões.

De acordo com a OMS, citado pelo Ministério da Saúde, a “Saúde Mental pode ser considerada um estado de bem-estar vivido pelo indivíduo, que possibilita o desenvolvimento de suas habilidades pessoais para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade.” (Site do Governo Federal Brasileiro). A partir disso, é relevante pensarmos o próprio conceito de ‘saúde’, uma vez que, embora seja uma palavra bastante utilizada, pouco se debate sob qual angulação estamos compreendendo este assunto.

Neste contexto, Dejours (1986) provoca um questionamento, na medida em que reposiciona a noção de ‘saúde’, retirando-a do senso comum, como algo puramente ligado à uma homeostase corporal ou bem-estar físico, mental e social. Segundo o autor, há dois motivos pelos quais não se pode pensar a saúde puramente através desse viés científico: primeiro, porque esse estado de bem-estar e conforto é impossível de ser definido; segundo, o perfeito e completo estado de bem-estar não existe.

Então, de acordo com sua argumentação, na realidade, saúde seria “(...) um estado do qual procuramos nos aproximar;” (Dejours, 1986, p. 8), ou seja, a presença e a movimentação desse desejo é por si só o sinal da existência de saúde. Então, a saúde, aqui, não configura-se um fim ou um objetivo, mas sim a permanência flutuante de um desejo. Assim, o autor conclui que, “(...) a saúde para cada homem, mulher ou criança é ter meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar físico, psíquico e social” (Dejours, 1986, p. 11).

Outro autor que traz relevantes contribuições para o tema da Saúde Mental, é Paulo Amarante. Para ele, quando se fala sobre esse assunto, amplia-se os conhecimentos envolvidos - há colaborações da psiquiatria, neurologia, psicologia, filosofia, antropologia, história, geografia etc -, de forma que não há limites claros para sua definição. De todo modo, algo é certo: “[a Saúde Mental] não pode ser reduzida ao estudo e tratamento das

doenças mentais...” (Amarante, 2007, p. 16). Diante disso, o autor questiona qual seria, então, os significados de doença, saúde, normalidade e anormalidade, eliminando, assim, qualquer verdade absoluta ou respostas rápidas para elaborar tais definições.

Já a partir da fenomenologia existencial, embora exista algumas divergências entre os teóricos de tal vertente, é evidente que tal pensamento não coloca a questão da psicopatologia como algo central na constituição do indivíduo. O que de fato está em jogo, então, são quais os significados que uma patologia pode ter para a pessoa (Cardoso; Bertassoni; Furtado, 2013). Nesse sentido, a fenomenologia da psicopatologia repensa a saúde mental e traça novos caminhos para a compreensão da loucura, já que esta “(...) não irá se focar na doença, mas na expressividade, contexto e forma de ser do sujeito que se apresenta.” (Cardoso; Bertassoni; Furtado, 2013, p. 236).

É evidente que tais visões críticas a respeito do que tange a Saúde Mental não estiveram presentes desde sempre. Para que isso ocorresse, foi fundamental que o processo da Reforma Psiquiátrica existisse. Esse momento, marcado historicamente como um ponto chave de mudança de paradigma a respeito da loucura, constitui na experiência da psiquiatria e do cuidado psicológico, a possibilidade de se pensar e de sustentar uma postura diferente frente às questões vinculadas à Saúde Mental.

O cuidado com a pessoa diagnosticada com questões de Saúde Mental foi se transformando ao longo da história. Inicialmente, a lógica alisar era marcada por práticas higienistas e, nesse contexto, os hospitais psiquiátricos eram marcantes. Segundo Basaglia (1985) - psiquiatra italiano fundamental para a luta antimanicomial e que teve grande importância também para a reforma brasileira -, hábitos desumanos eram encontrados nos hospitais psiquiátricos: colocar grande número de pacientes em salas sem permitir que saísse, nem para ir ao banheiro; duas pessoas estendidas sobre o mesmo leito; “os doentes agitados eram submetidos ao garrote” (desmaiar através de sufocação) (p. 100); entre outros tratos que, de acordo com o autor “[o]s exemplos poderiam multiplicar-se ao infinito. (...) O que há em comum é a violência exercida por aqueles que empunham a faca contra os que se encontram sob a sua lâmina.” (Basaglia, 1985, p. 101).

Nesse contexto, Basaglia considerava o manicômio a problemática central e, diante disso, o autor reconheceu a necessidade de encontrar caminhos que possibilitassem uma aproximação do profissional com o paciente a partir da compreensão das suas diversas modalidades de existência e de acolher e compreender seu sofrimento e sua subjetividade.

De acordo com Serapioni (2019), as primeiras iniciativas de reforma foram de proibir o uso de eletrochoque e retirar as grades das janelas; remover as camisas de força;

deixar de usar a bata branca, “considerada símbolo de poder e definidora da hierarquia dentro do asilo (para os pacientes, os médicos não têm rosto, têm uma bata branca, ostentam indiferença, são inacessíveis e seguros da sua certeza, da sua ciência e do seu diagnóstico. Para Basaglia, bata branca era o símbolo da sujeição total)” (p. 1174); e a organização das primeiras reuniões e assembleias.

Assim, passaram a ocorrer mudanças no modelo de atenção em saúde mental que, até dado momento, era estruturado por esses ideais autoritários e higienistas, e passa, claro que não em sua totalidade, a ser pensado de uma nova maneira. Nesse cenário, Andrade *et al* (2013), afirmam que foram os movimentos de resistência do século XX em diversos países que geraram grandes transformações no campo da psiquiatria,

(...) por exemplo, a psicoterapia institucional e a psiquiatria de setor, na França, a Reforma Psiquiátrica Democrática Italiana, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e a reforma psiquiátrica, no Brasil. Esses têm forjado um repensar a respeito do lugar do louco na sociedade e das formas de atenção e cuidado que desconstruam a lógica manicomial. (Andrade et al, 2013, p. 177).

A partir desse momento, ao desviar da visão positivista, emergiram novas possibilidades de trocas que se dão nessa relação entre o profissional e o indivíduo em sofrimento psíquico. “Nesse contexto, as mudanças relacionadas à maneira de se referir ao louco aconteceram na medida em que se percebeu a importância da desconstrução do estigma de que o louco é um sujeito incapaz tanto de governar sua vida como de trabalhar.” (Andrade et al., 2013, p. 178). Assim, pode-se entender que a pessoa em sofrimento psíquico também possui desejos e participação política.

Porém, mais do que a luta pelo fim dos manicômios como espaço físico, a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial se encontram na perseverança de uma nova estrutura social. Sobre isso, Rotelli (2000) traz uma visão aprofundada, na medida em que nomeia como “empresa social” tal transformação que vai além da ausência de estigma do louco. Nesse sentido, o autor propõe que, então, empresa social seria, além de sair da lógica da improdutividade presente nos manicômios, poder criar produtividades através da troca dos que estavam excluídos da sociedade. Então, Rotelli (2000, p. 305) expõe que “[a] empresa social é essa habilidade, é essa capacidade de construir, por meio de uma engenharia em todos os níveis (político, administrativo, técnico, operativo, cultural e afetivo).”.

Nesse cenário, o autor compreende que até mesmo os considerados “normais” também estavam excluídos em certo sentido, uma vez que não tinham contato com essa outra parcela da população e, assim, acabava por gerar um empobrecimento cultural e

social. Portanto, para o autor, a reforma psiquiátrica não se trata de um “elogio à loucura”, mas sim a construção de um novo pacto social, de maneira que aquilo que era visto como descartável, possa se reciclar.

A reforma psiquiátrica brasileira, mais especificamente, segundo Amarante (1995), surgiu no contexto de redemocratização no fim da década de 1970 que, além de ter sido um movimento caracterizado pela crítica conjuntural e político-social, a discussão também percorreu o âmbito da saúde mental e instituições psiquiátricas. Em complemento, Esteves *et al* (2017) colocam que, em tal momento histórico,

(...) as demandas por democracia e cidadania traziam consigo os problemas que a população brasileira enfrentava diariamente em relação ao trabalho, à saúde, à educação, à segurança pública, à estrutura fundiária etc. Eram todos antigos problemas, a novidade era poder falar publicamente sobre eles, torná-los temas de discussão, de agenda política e de mobilização social. (Esteves *et al*, 2017, p. 51).

Nesse cenário, de acordo com Andrade *et al* (2013), é a partir de 1987 que os movimentos brasileiros a favor dos direitos dos pacientes psiquiátricos têm uma visibilidade maior, o que culminou com a criação do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, constituído pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), associações de familiares, sindicalistas, membros de associações de profissionais e pessoas com longo histórico de internações psiquiátricas, entre outros.

A luta antimanicomial aparece também no contexto das expressões artísticas e culturais. A médica psiquiatra Nise da Silveira, por exemplo, tornou-se mundialmente conhecida devido ao seu olhar mais humano e inovador à loucura, uma vez que abriu espaço para que a subjetividade dos indivíduos considerados doentes psíquicos pudesse se desdobrar através da arte. Diante disso, Frayze-Pereira (2003) aponta que, para Nise, o contato com a arte “(...) deu suporte para deslocar a problemática da loucura, em geral, e da esquizofrenia, em particular, do campo da psicopatologia médica para o campo da cultura (...)” (p. 197).

Assim, novas formas de pensar o que envolve a questão da Saúde Mental foram postas, por exemplo, a história do sujeito, seus gostos e singularidades, o contexto social que está inserido, o trabalho ou a falta dele, entre outros. Sobre esse último, com a Reforma Psiquiátrica também nos contextos extra-hospitalares e comunitários, o trabalho aparece muitas vezes como um aspecto fundamental para as de práticas de atenção e cuidado em Saúde Mental, tanto com seus possíveis efeitos terapêuticos, quanto pelo espaço importante que ocupa na vida do ser humano.

A respeito de tal aspecto, nota-se que “[o] trabalho em manicômio é antigo como o manicômio: norma moral, desfrutar, entretenimento. Até mesmo, com o consentido mecanismo de racionalização da psiquiatria, tornar-se terapia.” (Saraceno, 1999, p. 127). O autor descreve que os doentes psiquiátricos sempre foram postos a trabalhar no ambiente dos manicômios, sendo esta atividade exercida a partir de diferentes propósitos, desde a possibilidade de “ganhar um cigarro” até “reencontrar uma disciplina perdida” (p. 127).

Nesse cenário e, considerando o contexto de transformação social anteriormente descrito, Basaglia (1986) contribui ao afirmar que tal novo dinamismo social implica na criação de novas organizações e que, portanto, o processo produtivo se encaixa automaticamente, na medida em que oferece novas funções, lugares de trabalho, serviços etc. Assim, torna-se ainda mais claro a importância que a atividade produtiva e laboral exerce na vida do indivíduo e conseqüentemente na comunidade.

Nesta perspectiva, Paparelli, Sato e Oliveira (2011), desenvolvem a ideia de que “(...) a saúde mental pode ser afetada pelo trabalho” (p. 119). Para sustentar tal argumento, os autores explicitam que o trabalho aparece como uma forma de ação do ser-humano no mundo e, dentro disso, há também a divisão das pessoas e das tarefas, o que gera diferentes contextos para cada sujeito. Nesse sentido, há uma possível articulação com o processo de saúde, já que a mesma está presente em tais contextos de vivências do homem atuando no mundo.

Dentro disso, ao retornarmos e relacionarmos com o tema da economia solidária, pode-se afirmar que desde os anos 2000, a relação trabalho - Saúde Mental estabeleceu um possível meio de atuação devido o fortalecimento dessa nova proposta econômica. Desse modo, é possível afirmar que há uma expressiva articulação presente entre as relações de atenção e cuidados em Saúde Mental e de trabalho. Ora, se por um lado a Reforma Psiquiátrica se portou contra as formas reprodutoras de enclausuramento da loucura, a economia solidária também atuou no mesmo sentido a respeito do universo institucionalizante do mercado de trabalho. Mais especificamente,

[esses dois movimentos] preconizam a construção de outro projeto de sociedade, compartilhando princípios fundamentais pautados em dimensões éticas, políticas e ideológicas que preconizam uma sociedade de solidariedade e de justiça, ou seja, ambas se contrapõem ao projeto capitalista de sociedade. (Andrade et al, 2013, p.178 - 179).

Como contribuição para essa ideia, Santiago e Yasui (2015, p. 703) propõem que

No campo da saúde mental, a economia solidária representa também a possibilidade do fortalecimento de uma luta por um outro olhar sobre a loucura: aquele em que o sofrimento psíquico não sustenta (e afirma por si só) o afastamento do sujeito adoecido do corpo social.

Em contrapartida, Lussi e Morato (2012) levantam um contraponto a partir da pesquisa de campo realizada pelas autoras em espaços de economia solidária:

Apesar dos incontestáveis aspectos positivos relacionados ao uso do trabalho no campo da saúde mental, foi possível constatar que os projetos de geração de renda estudados, caracterizados por oficinas de geração de renda e empreendimento econômico solidário são, muitas vezes, percebidos pelos sujeitos como mais um dispositivo de tratamento. Muitos sujeitos concebem o atual trabalho realizado em oficina/empreendimento sob um enfoque terapêutico, evidenciando dificuldade para desfrutar os valores sociais que o trabalho pode oferecer. (...) (Lussi & Morato, 2012, p. 378-379).

De um modo ou de outro, é inegável que, tanto o processo da Reforma Psiquiátrica, quanto o desenvolvimento da Economia Solidária, são formas de enfrentar um enclausuramento daqueles considerados loucos e, portanto, inúteis para a sociedade capitalista. Nesse sentido, os dois movimentos configuram-se como sendo de resistência.

4. UM OLHAR FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL SOBRE O CAMPO PSICOSSOCIAL

A fenomenologia, concebida por Edmund Husserl (1859-1938) e depois ainda mais desenvolvida por Martin Heidegger (1889-1976), não possui uma definição única. Para Goto (2014), é interessante debruçarmos sobre a etimologia da palavra, quer dizer, fenomenologia deriva de *phainomai* (fenômeno) e *logos* (descrição), ou seja, diz sobre o discurso daquilo que aparece. Em outras palavras, “(...) fenômeno é tudo aquilo que aparece ou surge no campo da consciência como algo puro e absoluto, não existindo nenhuma mera aparência nem sendo um aparecimento objetivo.” (Goto, 2014, p. 65). Nesse sentido, o autor aponta que a fenomenologia se trata de uma investigação dos fenômenos e que descreve aquilo que se mostra à consciência nas diversas significações possíveis.

A fenomenologia desenvolve-se dentro do campo da Filosofia, em um momento histórico de crise das ciências europeias, no qual as ideias positivistas eram centrais. O questionamento imposto pela fenomenologia, no determinado momento, trata-se de reconsiderar o lugar do sujeito em sua relação com o objeto e, nesse sentido, “[a] revolução realizada pela Fenomenologia possibilitou uma nova forma de acesso ao mundo, especialmente o ‘mundo humano’, recuperando as relações intersubjetivas e recolocando a subjetividade num contexto histórico e mundano.” (Puchivailo; Silva; Holanda, 2013, p. 234).

Isto posto, a Fenomenologia-Existencial propõe um olhar diferente ao da ciência experimental, pois

[a]o contrário da visada da ciência tradicional, Heidegger (1927/2006) não separa o homem do espaço existencial onde se manifesta. Sob essa luz, o mundo é entendido como horizonte de possibilidades, palco sob o qual o homem, sendo, põe em jogo sua existência. Deste modo, o mundo não é estático, e nem é independente do homem. (Lima, 2014, p. 30)

Nesse sentido, a Fenomenologia-Existencial é considerada uma contribuinte da Reforma Psiquiátrica. Tal afirmativa torna-se clara quando levamos em conta desde o contexto para o surgimento de tal perspectiva, até suas formulações a posteriori, uma vez que a fenomenologia defende a ideia de um sujeito múltiplo e não-estigmatizado e, então, pode-se concluir que está posto um novo jeito de pensar a loucura, o que condiz com a proposta da Reforma Psiquiátrica. A respeito disso,

A influência da fenomenologia no pensamento de Basaglia [pensador central na luta da Reforma] e de psiquiatras como Jaspers e Minkowski está na possibilidade de colocar a doença entre parênteses para que se possa alcançar o fenômeno em si, neste caso, o sujeito. (Puchivailo; Silva; Holanda, 2013, p. 237)

Em diálogo com essa ideia, Veronese e Guareschi (2005) apontam que para entendermos o sujeito, é preciso pensá-lo dentro de suas múltiplas possibilidades. Nesse sentido, as infinitas possibilidades de *ser* deslocam o olhar estático social do louco (que é visto como incapaz), para um lugar de oportunidades e de reconhecimento de suas inúmeras facetas.

Tal colocação corrobora com a noção fenomenológica de *Dasein*, desenvolvida por Heidegger. Isso porque, como Braga e Farinha (2017) apontam, “[Heidegger] denomina o modo de ser do homem como *Dasein*, que significa ser-aí. (...) Assim, nosso modo próprio de ser consiste em tornar-se, vir a ser o que se é, em uma relação íntima com o ser mesmo.” (p. 66). Seguindo por essa linha, o ser humano seria um eterno *vir a ser* que, diante das infinitas possibilidades de sua existência, a todo tempo estabelece e desmonta relações com os outros, com os objetos e consigo mesmo, cujo é possível gerar identificações por meio da consciência dos fenômenos vivenciados. Portanto, as autoras concluem que “(...) temos uma relação-de-ser com aquilo que viemos sendo, nos entendemos em nosso ser nós mesmos e somos abertura para aquilo que estamos sendo.” (Braga e Farinha, 2017, p. 66).

Diante disso, a experiência do trabalho aparece como uma das várias possibilidades de atividades do ser humano. Inclusive, quando se pensa na inserção de pessoas com questões psíquicas na sociedade, as habilidades de trabalho dos mesmos podem ser vivenciadas nesse bojo de possibilidades existenciais de ser. Nesse sentido, “(...) a dimensão laboral da experiência humana ocupa importante lugar” (Veronese e Guareschi; 2005, p. 59).

Assim, o trabalho passa a estabelecer uma posição de pertencimento do indivíduo, o que conversa com a perspectiva fenomenológica de capturar a consciência sobre algo. Segundo Silva (2009), na medida em que o homem inaugura uma consciência de si através da atividade laboral, ele experimenta sua liberdade, uma vez que agora pode reconhecer seu mundo em diálogo com a realidade, a qual, inclusive, é afetada por sua atividade. Ou seja,

(...) a formação do si da consciência consiste no início do percurso, que pelo desenvolvimento do trabalho (*Arbeit*) no mundo humano (histórico) aqui realizado, tem por obstinação a efetivação desse ideal (presença do espírito) de liberdade, o qual transforma o mundo e consequentemente o pensamento já que ambos foram vinculados na formação da consciência de si. (Silva, 2009, p. 67).

Nesse cenário laboral, a relação com a Fenomenologia-Existencial se encontra presente também de outras formas. Em diálogo com essa ideia, Ribeiro (2018) retoma que ocupação (*Besorgen*) para Heidegger trata-se de uma forma própria de ser do *Dasein*, isto é, na medida em que o ser não *está* no mundo, mas sim é *com* o mundo, este afeta sua volta e é tocado de volta. Isso porque, ao interagir por meio do olhar, fala, manipulação de objeto etc, o ser humano gera um movimento envolto de si e do mundo ao redor. Então, a autora propõe que a ocupação é mais que estar ocupado com a realização do trabalho, mas sim é algo que se funde com o próprio *Dasein*. Em suas palavras,

(...) Essa realização acontece no fluir da existência - nos trabalhos, nas conversas, nos silêncios, nos pensamentos. Eu me ocupo de tudo aquilo que convoca o meu olhar, a minha atenção. Eu *sou junto* com as coisas e pessoas de que me ocupo. O ser-no-mundo, a cada instante, relaciona-se, ocupa-se, com os entes que lhe vêm ao encontro. Estes podem ter o caráter próprio dos entes, as coisas; e podem ter o caráter de outro ser-no-mundo, outro *Dasein*, as pessoas. (Ribeiro, 2018, p. 34).

Ademais, o exercício de uma atividade laboral permite que o ser humano, não apenas explore as possibilidades de sua existência, mas também pode levar a uma noção de identidade. Nesse entendimento, “(...) leva o sei-aí a encontrar-se *naquilo* que faz, usa, espera, evita - naquelas coisas que são circumundantemente ‘entes-envolventes’ e às quais ele *se refere* de imediato.” (Heidegger, 1981, p. 36)

Tendo em vista que a experiência do trabalho acontece submersa em relações entre os indivíduos, abre-se um campo possível de discussão a respeito de como a fenomenologia-existencial compreende tais relações. De acordo com Heidegger (1981), “(...) o mundo é sempre algo que eu partilho com os outros. O mundo do ser-aí é um *mundo-com* (*Mitwelt*). Ser-em é *ser-com-outros*. O ser-si-mesmo do *Dasein* (ser-aí) dentro do mundo é *ser-aí-com* (*Mitdasein*).” (p. 35).

Nesse sentido, o pensador desenvolve a ideia de que há um “ser-lá-também-com-eles (*Auch-dasein*)” (Heidegger, 1981, p. 35), isto é, o ser *Dasein* é um *ser-aí* que possui a identidade de *ser-no-mundo*, *com* e *também*, existencialmente com os outros. Assim, o mundo torna-se algo que é sempre compartilhado (*também-com*) com outros ser-no-mundo.

A partir das relações de trabalho que se constituem dentro de uma atividade laboral, é possível pensar que, além das trocas entre os trabalhadores, há também uma relação que se estabelece com aquele que irá receber o trabalho produzido. Sobre isso,

[n]o envolvimento (que lhe pertence como modo de ser) do ser-aí com os “entes-envolventes”, repousa uma indicação ou referência essencial aos possíveis “usuários” para quem ele está “aprontando a coisa”. Da mesma

forma, quando um material é posto em uso, também nele encontramos seu produtor ou “fornecedor”, como alguém que “serve” bem ou mal. (Heidegger, 1981, p. 33)

Além disso, no âmbito do trabalho, no qual é fundamental a confiança entre os indivíduos e sua conseqüente colaboração, a fenomenologia aparece mais uma vez como uma possibilidade de entendimento, na medida em que “[o] movimento do ser do homem em relação aos outros seres (*Dasein* e entes que não tem modo de ser *Dasein*), na dimensão ontológica, é denominado pelo filósofo [Heidegger] como Cura (*Sorge*).” (Lima, 2014, p. 30).

Seguindo esta linha, Nogueira (2006), contribui para pensar nessa dimensão em que é possível dialogar com as relações entre as pessoas e o que há de cura e/ou cuidado dentro de tal contato.

O ser do *Dasein* desde sempre se compreende envolvido em dois modos existenciais que se articulam numa unidade e que são modos de ser do cuidado: a) a ocupação, que se dá no encontro com entes dispostos para uso, ou seja, entes que estão à mão (mundo da manualidade); b) a preocupação, que se dá em relação à presença de outros entes que têm a característica peculiar do *Dasein*. Neste sentido, o *Dasein* jamais está isolado, mas surge e se compreende situado numa totalidade criada por esses dois modos de ser no mundo. Por isto, a análise existencial nunca é uma análise da “subjetividade”, mas da existência mesma, que se dá sempre num mundo circundante, envolvendo tanto o que entendemos como sociedade como o que entendemos como meio ambiente. (Nogueira, 2006, p. 339)

Portanto, na medida em que é possível estabelecer um diálogo entre a experiência do trabalho e noções fenomenológico-existenciais, a proposta da economia solidária aparece como um campo possível a ser explorado através da fenomenologia. Isso porque, muitos dos pressupostos desse referencial explicitam sobre as possibilidades humanas no mundo - interno e externo -, o que, nesse mesmo sentido, essa outra proposta de lógica econômica também amplia os horizontes a respeito das potencialidades de cada indivíduo e este no coletivo. Esse possível diálogo entre a fenomenologia e a economia solidária ficará mais claro adiante na análise das falas dos entrevistados.

5. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL ESTUDADO

O Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, segundo as informações contidas em seu site, é um equipamento público ligado à Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo e foi criado com o objetivo de apoiar empreendimentos de Economia Solidária, como ferramenta para a reabilitação psicossocial, geração de trabalho e renda e construção de vínculos comunitários entre usuários dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e comunidade local. Nesse espaço, - uma casa com ambiente para restaurante, livraria e jardim - há a produção e venda de plantas, alimentos orgânicos, livros, artesanatos e acontecem momentos de rodas de conversa, música, dança e feirinhas abertas ao público. Além disso, tal instituição é considerada pioneira em São Paulo dentro do equipamento público ligado à Saúde.

Em um vídeo intitulado “Chegando ao Ponto - Ponto de Economia Solidária uma construção inovadora em Saúde Mental”, no estilo minidocumentário, publicado no dia 17 de julho de 2019 no canal do YouTube do projeto, alguns participantes (profissionais da saúde e funcionários com diferentes situações de vulnerabilidade) contaram sobre seu funcionamento e objetivos. (Link do vídeo - Julho de 2019: <https://youtu.be/SYeETF8uGEG>)

Primeiramente, esclareceram que se trata de uma articulação entre vários CAPS, ou seja, alguns usuários desses passaram a frequentar o Ponto de economia solidária, porém com outra postura. A ideia era vender os objetos que os pacientes dos CAPS criavam, entretanto as equipes notaram que, para isso, era preciso um novo espaço que não fosse o ambiente de tratamento, então, pensaram em uma casa, a qual conquistaram depois de muita luta em 2016.

A respeito disso, a terapeuta ocupacional e coordenadora técnica do projeto, Maria Cristina Tissi, afirma que é perceptível o quanto os funcionários se apropriam muito bem desse ambiente de trabalho - que é diferente de um lugar de tratamento - e passam a cuidar e gerir o espaço, “até a dar bronca na gente. (...) Eles passam a ser nossos parceiros de trabalho, temos metas e projetos em comum.”, coloca a coordenadora.

Além disso, o vídeo mostra que a lógica da economia solidária está presente na própria estrutura do projeto, por exemplo, é levado em conta a sustentabilidade, o meio ambiente, a cadeia produtiva, a escolha da venda de um produto sabendo quem o produziu, de que forma, se não envolveu excessiva exploração de trabalho etc. Ademais, há uma

relação horizontal entre todos os participantes, uma vez que, por ser um equipamento que promove a inclusão, a autogestão do mesmo deve estar subordinada a isso, então, assembleias são feitas semanalmente para todos discutirem sobre o funcionamento do Ponto. A terapeuta ocupacional reforça, “a gente busca sempre reafirmar que as pessoas estão aqui pra trabalhar e isso é bom pra elas, pro desenvolvimento delas, tanto materialmente, quanto simbolicamente pelo que o trabalho traz e significa e pela forma como o trabalho acontece aqui”.

Nesse sentido, é possível afirmar que o Ponto é um lugar que quebra preconceitos, na medida em que, por exemplo, pessoas vão almoçar no local e comem a comida que é feita e servida por indivíduos que são vistos socialmente como loucos e incapazes. Então, a economia solidária aparece como uma outra economia possível e como uma forma de cuidar das pessoas, em meio a civilização que encaminha os ditos loucos para lugares isolados, com um empobrecimento das diferentes dimensões de vida, sem lugares de encontro e forte sentimento de solidão. Nesse cenário, Marta Horii, assistente social e facilitadora da Comedoria Quiririm (restaurante do local), aponta que o objetivo do projeto é, sobretudo, construir um outro tipo de sociedade e relação, tanto profissional, quanto humana. Segundo ela,

as pessoas que estão aqui dentro têm a possibilidade de se sentir úteis, produzir alguma coisa, é muito inclusivo (...) alguns familiares já passaram por aqui e já colocaram a mudança que é dos nossos trabalhadores e trabalhadoras nesse processo. A gente já ouviu de familiares assim ‘olha, eu nunca achei que fulano fosse capaz de trabalhar’.

Portanto, ao considerarmos que “(...) o trabalho é espaço privilegiado de constituição do sujeito, entendendo este último como resultado de processos de construção simbólica de sentido.” (Veronese; Guareschi, 2005, p. 58), é possível mensurar a importância de tal experiência e, sobretudo, das características dessa vivência para cada pessoa. Assim, os autores concluem que o trabalho fomenta uma possível constituição dos sujeitos, aquilo que chamamos de “eu” e aquele que age no mundo.

6. MÉTODO:

Como esta pesquisa pretendeu penetrar na experiência e na subjetividade vivida pelos usuários da saúde mental que trabalham no projeto de economia solidária do Butantã, o método fenomenológico de investigação foi apropriado a esse fim, uma vez que, a partir desse método, foi possível ampliar a compreensão da temática estudada ao revelar uma, ou várias, de suas facetas e, sobretudo, revelar o sentido da experiência. Isso porque, o método fenomenológico não estuda um objeto como outras ciências propõem, mas sim um sistema total de significações.

Nesse sentido, Dartigues (2005, p. 67), ressalta a importância da visão fenomenológica para a realização de um estudo ao tecer uma crítica a respeito de outras formas de fazer ciência:

[a]s ciências nada têm a dizer, já que elas, por método, tratam apenas dos corpos e excluem a subjetividade. Mas as próprias ciências do espírito, na medida em que querem ser objetivas, evitam toda a tomada de posição normativa, contentando-se em constatar o que é, sem apreciá-lo e sem sugerir o que deve ser.

Ainda sobre isso, o autor coloca que mesmo as idealidades geométricas e matemáticas nasceram a partir da experiência do mundo sensível, onde existem pessoas com formas imperfeitas e diversas. Entretanto, Dartigues (2005) reforça que não se trata de ignorar o que a ciência avançou, mas sim trazer uma reflexão fenomenológica de forma a “reintegrar o mundo da ciência ao mundo da vida”.

Em concordância com essa ideia, Goto (2014), aponta que a Fenomenologia não substitui a Psicologia, a Lógica ou a Epistemologia, mas visa “explicar de uma maneira totalmente nova e fundamentada o problema do conhecimento e, conseqüentemente, das ciências em geral.” (Goto, 2014, p. 50). Nesse cenário, o autor retoma Husserl ao explicitar a máxima dita pelo pensador quando trata-se do método fenomenológico: “voltar às coisas mesmas”, ou seja, ir à busca dos fundamentos primeiros na medida em que se desvela aquilo que aparece a partir da experiência.

Tendo isso em vista, tal método foi coerente para se investigar uma vivência de trabalho tão rica de sentidos como a de um ponto de economia solidária com pessoas em sofrimento psíquico, uma vez que, além de englobar o fazer laboral, está no bojo fatores sociais e de saúde que, nessa lente, puderam ser vistos como potencialidades de *ser*.

Além disso, tal método também foi utilizado nas elaborações de Ribeiro (2018), a qual explorou uma iniciativa de economia solidária (grupo Mãos Solidárias) do ponto de vista fenomenológico. Para a autora, sua pesquisa estruturou-se como exploratória, descritiva, de abordagem qualitativa e com método fenomenológico:

[...] caracteriza-se uma pesquisa como exploratória quando ela oferece ao pesquisador a possibilidade de se aproximar do fenômeno investigado e, como descritiva, quando ela tem por objetivo descrever tal fenômeno. A pesquisa qualitativa coloca seu enfoque, não sobre a possibilidade de generalização dos resultados, mas sobre as experiências dos sujeitos, quanto ao método fenomenológico, sobretudo a fenomenologia hermenêutica, investiga fenômenos particulares, procurando interpretar seu sentido. (Ribeiro, 2018, p. 55).

Nesse sentido, com este trabalho, pretendi estabelecer uma atitude investigativa e exploratória ao me aproximar do fenômeno estudado, sem reduzi-lo a um fato (objetivável) ou apresentado como representação (teoria). Então, considerei importante que eu fosse presencialmente até o local e entrasse em contato com os participantes, uma vez que para uma compreensão do fenômeno - que se dá por redes de significação - é benéfico permanecer perto para que ele se mostre. Nesse sentido, não há uma verdade única a ser desvelada, mas sim uma realidade que se apresenta em perspectiva, em que foi investigado os modos possíveis de ser das pessoas que participam da ação.

A pesquisa foi realizada no local “Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã”, equipamento público ligado à Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo que possibilita o diálogo entre a Economia Solidária, usuários dos CAPS e a comunidade local prevendo-se, a partir do Termo de Autorização da Instituição (TAI), a anuência para a realização da coleta de dados e a menção à infraestrutura possibilitadora.

Para tanto, minha pesquisa configurou-se enquanto qualitativa por meio de entrevistas individuais realizadas a partir de roteiro semi-estruturado abrangendo 06 (seis) participantes, sendo 03 (três) do gênero masculino e 03 (três) do feminino, que integravam a proposta do local há, no mínimo, seis meses. Foram excluídos participantes em situação gravíssima ou agudizada em saúde mental. Assim, acredito que foi possível garantir um número apropriado de entrevistas para alcançar os objetivos da presente pesquisa.

Tais entrevistas - que foram gravadas (via áudio) e posteriormente transcritas para análise -, além de partir da ideia de que essa é uma forma na qual os sujeitos podem falar livremente e, portanto, possibilita o acesso aos significados e subjetividades de cada um, também foi sustentada na medida em que outras pesquisas a respeito de iniciativas de economia solidária já foram produzidas utilizando dessa forma de colher experiências.

Como exemplo, Lussi e Morato (2012) que, ao abordarem sobre o significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária, propuseram entrevistas semiestruturadas, de forma que os sujeitos pudessem discorrer livremente sem se ater a condições e questões pré-estabelecidas pelo entrevistador. Para isso, as autoras descreveram que

[o] roteiro para a entrevista foi preparado baseado no objetivo da pesquisa e em referencial bibliográfico da área. Abordou elementos sobre o significado e efeitos do trabalho para os sujeitos; os efeitos de ficar sem trabalhar para sua vida; as diferenças entre o trabalho realizado atualmente e os realizados anteriormente; e o contexto do trabalho atual (se gosta, quais atividades realizam, facilidades e dificuldades do trabalho, dinâmica da tomada de decisões no grupo, contato com outros grupos de geração de renda etc.). (Lussi & Morato, 2012, p. 372).

Dessa maneira, acredito que foi possível conhecer a perspectiva de quem experiencia a temática estudada, a partir de uma escuta aberta de minha parte, o que permitiu estabelecer uma permeabilidade e sensibilização com a experiência do outro.

7. 1. Procedimento:

Após o diálogo com os profissionais que trabalham na organização e coordenação do local e configuração do Termo de Autorização da Instituição, foi desenvolvido o presente projeto do estudo que, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, foi aprovado sob o protocolo CAAE 77950124.4.0000.5482.

A seleção dos participantes para realização das entrevistas se deu com o apoio da coordenação para que indicassem trabalhadores que acreditassem ser correspondentes aos critérios definidos. Tais indicações foram relevantes, na medida em que poderiam existir diferentes situações de engajamento/permanência no projeto entre os trabalhadores e, por ser uma situação na qual o atravessamento do tema da saúde mental está presente, tornou-se fundamental pensarmos nas condições clínicas dos possíveis participantes.

Os trabalhadores indicados pela coordenação do local foram consultados quanto ao desejo ou não de participar da pesquisa, sendo essa escolha livre.

Dado seu interesse, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que, sendo formalizado com a assinatura do participante, cooperou para o início das entrevistas. Antes de assinarem e apresentarem seu consentimento livre, as possíveis

dúvidas foram sanadas, esclarecendo, inclusive, que a participação no estudo não beneficia com honorários.

A entrevista, embora caracterizada como um momento no qual os participantes podiam falar livremente, contou com um roteiro, já que era provável que alguns pontos que considero fundamentais para se aprofundar nos sentidos de vivências que cada trabalhador desenvolve a partir de sua experiência no local, não seriam tocados pelas falas espontâneas dos entrevistados.

Em relação ao risco de participação na pesquisa, poderia ser que algum trabalhador se sentisse desconfortável durante a entrevista e, frente a isso, foi fundamental deixar claro antes de dar início à conversa que em qualquer momento no qual o entrevistado sentisse necessidade, a entrevista poderia ser interrompida e descartada no momento de análise no presente estudo. Caso fosse necessário, o participante seria assistido psicologicamente pelo orientador do estudo, Diogo Arnaldo Corrêa, CRP: 06/103194.

Outro risco que se corria era de que os entrevistados não se sentissem à vontade com a gravação de áudio durante a entrevista. Neste momento, foi importante que fosse ofertada a possibilidade da entrevistadora escrever os principais pontos da fala dos participantes enquanto acontece a conversa e se, mesmo dessa forma, o contexto não fosse favorável para o entrevistado, não haveria nenhum registro no momento presente da entrevista.

Por fim, é relevante elencar possíveis benefícios do estudo. Para além dos pontos destacados na justificativa da pesquisa, tem-se a perspectiva de que essa produção destaque a importância da iniciativa do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã e, para além dele, o quão fundamental torna-se pensar em alternativas de trabalho na atualidade que não as formas hegemônicas capitalistas que impossibilitam a entrada de sujeitos estigmatizados - como é o caso, muitas vezes, de usuários da saúde mental.

Ademais, é possível que o momento da entrevista tenha retomado aos trabalhadores a importância e significado do trabalho, da convivência e da construção de relações e laços de solidariedade, além de resgatar o reconhecimento de si mesmo como um sujeito atuante que detém diversos conhecimentos que contribuem no pensar sobre a temática da pesquisa.

O estudo atendeu, em relação à confidencialidade de participação e dos dados obtidos, aos itens citados nas Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

7. 2. Plano de Análise de Dados:

Para a etapa de análise dos relatos obtidos pelas entrevistas, procurou-se desvelar as experiências de pertencimento apresentadas a partir dessas conversas. Para tanto, a proposta foi, primeiramente, trazer o mundo conforme vivido/percebido pelos participantes, sem julgamentos, depois, refletir e elaborar sobre as falas e, após transcrição e leitura dos relatos, apresentar uma síntese compreensiva da percepção dos participantes sobre a temática investigada.

Para tal tarefa, me debrucei sobre a proposta de Joel Martins (1990), o qual entende que, a partir das descrições das experiências dos sujeitos a respeito do fenômeno vivenciado, é possível que o pesquisador reconheça alguns aspectos que destacam-se dentro do campo descrito. Todavia, o autor nos chama a atenção para o fato de que “[n]enhum objeto no conjunto total da descrição apresenta-se como algo isolado mas, desde o início, como um objeto num horizonte.” (MARTINS *et al*, 1990, p. 145).

Diante disso, foi possível buscar convergências, traçar caminhos de compreensão, questionando e comparando as diferentes entrevistas, além de elencar semelhanças, diferenças e aspectos fundamentais nos relatos que serão ampliados na análise. Para isso,

[...] a análise das descrições pode seguir quatro momentos: - Leitura da descrição do princípio ao fim sem buscar ainda qualquer interpretação ou identificar qualquer atributo ou elemento, a fim de chegar a um sentido geral do que está descrito; - No momento em que um sentido foi obtido, o pesquisador volta ao início e lê novamente o texto, agora tentando apreender unidades de significado, dentro de uma perspectiva (do psicólogo, do enfermeiro) e focalizando o fenômeno que está sendo pesquisado; - Após obter unidades de significado, o pesquisador percorre todas as unidades identificadas e expressa o significado contido nelas, isto é particularmente verdadeiro para as unidades de significado que são mais reveladoras do fenômeno considerado; - Finalmente, o pesquisador sintetiza todas as unidades de significado para chegar a uma estrutura do fenômeno. (MARTINS *et al.*, 1990, p. 145/146).

Portanto, a partir da identificação desses núcleos de sentido, foi possível se ater a pontos importantes e reveladores. E, com base no método fenomenológico, foram articulados e discutidos os sentidos e significados que surgiram e relacionando/discutindo com a literatura levantada. Foi possível investigar o sentido que se revelou a partir do contexto no qual o fenômeno se dá, sem buscar uma generalização.

7. ENTREVISTAS E RESULTADOS

Ao todo foram realizadas seis entrevistas com trabalhadores do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã: três homens e três mulheres, os quais foram indicados pela coordenação do local. Os encontros foram agendados com facilidade, pois houve um contato direto entre a pesquisadora e os participantes através do telefone. Ao todo, ocorreram três idas da pesquisadora até o local para realizar as entrevistas individuais, sendo que em cada vez, duas entrevistas foram realizadas uma após a outra. As conversas duraram, em média, trinta minutos.

A proposta do estudo e o processo para a realização das entrevistas foram expostos pela pesquisadora, a qual demonstrou-se disponível para sanar possíveis dúvidas. Todos os participantes concordaram com o exposto e, conseqüentemente, assinaram o Termo de Consentimento apresentado. Além disso, o áudio das entrevistas foi gravado com a permissão dos trabalhadores.

As interações entre a pesquisadora e os participantes ocorreram de maneira bastante positiva, de forma que os momentos das entrevistas configuraram-se mais como conversas, atingindo o objetivo inicial de garantir uma fluência na fala dos entrevistados. Nesse contexto, para dar início às entrevistas, a seguinte pergunta disparadora foi feita: “O que você entende sobre o seu trabalho e qual razão ele tem?”. A partir disso, outros pontos estabelecidos previamente pela pesquisadora foram sendo colocados na conversa, na medida em que havia espaço e sentido para expressá-los na conversa, como a relação com o dinheiro, sentimento de autonomia e autoestima, possibilidades e impasses dentro da economia solidária, entre outros.

Dos relatos dos participantes foram extraídas as seguintes informações que os caracterizam em relação à chegada no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, e as atividades que realizam atualmente no espaço (Quadro 01).

QUADRO 01 – Caracterização dos participantes em relação à sua chegada e atuação no local

	Entrevistado 1 (E1)	Entrevistado 2 (E2)	Entrevistado 3 (E3)	Entrevistado 4 (E4)	Entrevistado 5 (E5)	Entrevistado 6 (E6)
Quando e como chegou	Em 2016. Um dos fundadores do Ponto,	Em 2020. Através da indicação de	Em 2018. Através de uma parceria	Em 2016. Uma das fundadoras do Ponto,	Em 2017. Uma das fundadoras do Ponto,	Em 2016. Uma das fundadoras do Ponto,

no Ponto Butantã	enquanto usuário do CAPS Butantã	uma trabalhadora do local	entre o Ponto e a Universidade de São Paulo	enquanto usuária do CAPS Butantã	enquanto usuária do CAPS Butantã	enquanto usuária do CAPS Butantã
Quais atividades realiza atualmente	Atendimento aos clientes	Manutenção da horta	Atua na Livraria Louca Sabedoria	Atua na Livraria Louca Sabedoria e no caixa	Atua na comissão financeira e na venda de alimentos orgânicos	Venda de alimentos orgânicos

Ademais, diante da experiência de trabalho vivenciada no local, o discurso de cada um revelou impactos psicossociais e experiências extremamente ricas que serão melhor exploradas na próxima seção desse trabalho, Análise e Discussão.

Por fim, a partir das trocas estabelecidas nas conversas, tornou-se evidente o quanto as falas de cada participante ressoaram na pesquisadora. Foram relatos carregados de história, subjetividade, emoção, resistência e sensibilidade. Certamente, poder conhecer as vivências de cada entrevistado e estar um pouco mais próxima da dimensão que cada experiência singular ocupa neles foi essencial para um engrandecimento na formação da pesquisadora, tanto pessoal, quanto profissional.

Assim, a partir das falas dos trabalhadores, foi possível elencar seis unidades de significado, considerando a proposta metodológica de Joel Martins *et al.* (1990) descrita anteriormente: 1) Significado e razão do trabalho executado no Ponto; 2) Experiências de trabalho passadas e a comparação entre o modo de produção capitalista e o solidário; 3) A proposta da economia solidária e a relação com o coletivo; 4) Possíveis críticas a respeito da economia solidária; 5) Autonomia, autoestima e sentimento de importância; e 6) Lutas, resistências e esperanças. Tais nomeações foram pensadas pela pesquisadora na tentativa de aglutinar pontos relevantes e complementares que surgiram nos discursos dos participantes.

Para um aprofundamento nas unidades de significado, adiante há a separação de cada uma, seguido de trechos importantes das falas dos entrevistados e articulações com a base teórica do presente estudo.

8. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir de repetidas leituras das transcrições dos discursos dos participantes, o que suscitou que trechos essenciais de suas falas se destacassem, um trabalho de análise pôde ser feito. Embora existam singularidades nas exposições de cada entrevistado, notou-se que há convergências e possíveis núcleos de sentidos que a experiência de trabalho no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã oferece conforme elencados adiante.

1) Significado e razão do trabalho executado no Ponto

E1: *“O trabalho me traz a satisfação de estar inserido no mundo do trabalho. (...) Isso me ajuda no dia a dia. (...) Se não fosse o trabalho... aí acho que seria pior, né? Você acordar de manhã cedo e não ter o trabalho, não saber para onde vai. Então eu acho que é... é uma satisfação estar participando do trabalho e estar presente no projeto. (...) Esse trabalho, para mim, é meu sustento. A gente não está faturando o que a gente gostaria de faturar, mas dá para comer o feijão.”*

E2: *“É um trabalho que eu sinto que estou fazendo em prol de uma luta, de uma causa, que tem mais pessoas se beneficiando do meu trabalho também. (...) Esse trabalho ocupa bastante coisa dentro do que eu acredito. (...) Todas as áreas da minha vida são afetadas pelo trabalho aqui no Ponto. (...) Eu acho que esse trabalho, essa casa e essa luta também... não dá pra dizer o quão importante e revolucionário é. (...) A história de cada um, como o trabalho aqui afeta a vida dessas pessoas, mais do que lá fora... lá fora parece que as pessoas estão só vivenciando um automático, (...) e aqui não, eu sinto que é muito mais intenso, as pessoas precisam muito mais. E aí quando eu saio e tento lidar com esse mundo lá fora, que é o mesmo mundo, sinto que estou mais leve, mais calmo e que consigo lidar melhor.”*

E3: *“A razão do meu trabalho nesses últimos anos aqui no Ponto, eu acho que tem dois lados: um é uma perspectiva muito pessoal de compreensão do que é o trabalho no mundo no geral e as formas possíveis de alternativa que me contemplam como ser humano, como uma pessoa que busca um outro tipo de organização do trabalho na vida humana. E também tem a perspectiva mais comunitária, social, que tem a ver com o meu engajamento, meu envolvimento com a economia solidária ao longo desses últimos anos, que me faz estar aqui querendo contribuir para que isto cresça e se expanda. (...) A relação com o trabalho muda muito. Dá vontade realmente de trabalhar, de fazer isso aqui crescer e de ver as pessoas conseguindo gerar renda. (...) Traz um bem-estar no geral, porque é muito melhor e muito mais produtivo você trabalhar sabendo que você tem um papel*

ali, que não é um agente mecanizado, uma peça na engrenagem. (...) É como se a gente conseguisse se entender como um sujeito, com a nossa própria história. (...) Isso já é um passo para o não adoecimento.”

E4: “Esse trabalho é o meu viver. (...) Eu melhorei muito como pessoa, me identifiquei muito aqui. (...) Aprendi muita coisa aqui, já fiz muita coisa. (...) Vou falar mesmo, 100% da minha vida é a livraria, 100%. Porque se não fosse ela... eu tava em casa. (...) Me sinto realizada, porque eu nunca tive esse espaço pra trabalhar, então agora eu me sinto bem no que eu faço, entendeu? Realizada mesmo. (...) Eu não fazia nada em casa, então o trabalho ajuda, porque a gente tem que pensar no que vai fazer no dia da manhã. (...) Eu trabalho querendo ser melhor. E aí a minha mente fica leve.”

E5: “A razão, em primeiro lugar, é... vida nova. Aqui, desde que cheguei, tive uma nova vida. Eu era paciente no CAPS, era uma pessoa que pensava que não serviria mais para nada... Aqui que me fez voltar à vida, aqui que fez eu ser a [nome da entrevistada]. Que era uma pessoa inútil, né? Até hoje, para a sociedade, nós somos inúteis. (...) Aqui me sinto muito feliz, me sinto muito acolhida. (...) Eu só sei que aqui é o meu lugar, eu amo trabalhar aqui. (...) Se caso um dia eu saia daqui, eu quero conseguir abrir minha própria empresa, porque eu aprendi muito sobre autogestão aqui.”

E6: “Significa lutar pela vida. Eu acho que tudo o que a gente fez aqui até hoje e o nosso dia a dia, sempre é uma luta pela vida e pela saúde... a minha saúde, a saúde dos outros e lutar por esse lugar.”

Diante das falas elencadas, é possível notar que o trabalho naquele espaço é bastante valorizado pelos entrevistados. Alguns descrevem como sendo sua base, sua vida e razão, o que expõe a grandiosidade que isso ocupa na vivência de cada um. Além disso, algumas descrições revelam que a atividade exercida aparece como uma possibilidade de se identificar, se reconhecer e criar, o que parece gerar uma sensação de pertencimento aos trabalhadores.

A partir disso, é possível estabelecer relações com alguns levantamentos teóricos presentes nos tópicos 2 e 4 desse estudo. Primeiramente, como foi explicitado por Andrada e Esteves (2017), experiências laborais como essas “(re)organizam” as formas de viver o trabalho e a vida social dos indivíduos e comunidades, o que ficou evidente nos discursos dos entrevistados. Além disso, a partir da contribuição de Baratieri e Beatriz (2013), a experiência da economia solidária possibilita um resgate da dignidade humana, autoajuda e

ajuda mútua, o que é fundamental à saúde. Tal noção também esteve descrita nos relatos dos participantes.

Pode-se ressaltar também a contribuição de Veronese e Guareschi (2005), os quais formulam que a dimensão laboral ocupa um lugar essencial dentro das interpretações e dos conhecimentos adquiridos pelos sujeitos em relação ao mundo. Ademais, a colocação de Silva (2009) ganha destaque neste contexto de análise, uma vez que é apresentada a ideia de que a experimentação da liberdade ganha espaço na medida em que o homem detém uma consciência de si e da realidade.

Por fim, a argumentação de Heidegger (1981) também contribui para pensar a dimensão que o trabalho ocupa na vida dos participantes, na medida em que, para o autor, a atividade laboral permite, além de explorar as capacidades de cada sujeito, uma identificação com aquilo que se produz, ou seja, há um encontro consigo mesmo *naquilo* que se faz.

Nesse sentido, apresenta-se uma relação com os dizeres dos entrevistados, já que eles ressaltaram a experiência do trabalho no Ponto como algo por vezes central em suas vidas e, sobretudo, como contribuinte para uma retomada dos sentimentos que envolvem estar vivo, para o reconhecimento de suas capacidades e das possibilidades que as vivências naquele espaço, e fora dele, permitem.

2) Experiências de trabalho passadas e a comparação entre o modo de produção capitalista e o solidário

E2: *“Eu tinha um trabalho CLT, numa farmácia. Foi uma experiência horrível, porque nos últimos meses começou a atrasar o pagamento. Aí foi uma tortura. Não tinha para onde sair. (...) [Na lógica de produção capitalista] você vai ficando numa zona morta, um tipo de despersonalização, a pessoa vai perdendo aquilo que ela é. (...) Fazer parte desse processo, da construção do empreendimento, da autogestão, onde você fala alguma coisa, dá uma sugestão, e as pessoas te ouvem mesmo, não tem como te ignorar, você faz parte daquilo como um todo. Eu sinto que realmente sou ouvido e não sofro nenhum tipo de discriminação quanto as minhas vestimentas, ou as minhas tatuagens, como eu já sofri lá fora, trabalhando em outros lugares.”*

E3: *“[Na proposta da economia solidária] pelo menos tem um pouco da ideia de autonomia, que é tirada da gente lá fora, em espaços não autogestionados. (...) Nos trabalhos no sistema tradicional, no geral, a gente fica muito alheio a tudo que acontece. A gente fica muito alheio a todo o processo*

de produção, de onde vem, quais são as pessoas envolvidas no trabalho, por onde tal produto passa, qual a cadeia de relações que se estabelece para que essa alface chegue aqui, por exemplo. A gente fica muito alheio e distante das decisões, da participação real do trabalho. A gente só chega lá e executa. Nós somos executores e não estamos dentro do poder de decisão. (...) Isso dificulta a nossa compreensão do mundo e a nossa compreensão de nós mesmos. Como se nós fôssemos coisas ambulantes. E aí, tudo isso gera uma angústia que às vezes a gente não sabe nem explicar. Eu acho que aqui é um espaço em que isso melhora. (...) Aqui, na economia solidária, nessa experiência e em outras, eu acho que a gente consegue ter mais esse controle sobre o nosso trabalho e a percepção de que envolve muita gente, que envolve muito trabalho para as coisas acontecerem como elas acontecem. (...) [Em uma empresa tradicional] eles não são a nossa família... eles vendem essa ideia, mas não é verdade. E aqui a gente consegue sentir que está um pouco mais perto disso. (...) A quantidade de pessoas que estão adoecendo por conta do trabalho é surreal, só cresce. As pessoas estão tomando remédio para poder dormir porque não aguentam o trabalho. E aí, se um dia a economia solidária conseguisse ser rentável, eu acho que ia ser um ótimo caminho. (...) Aqui a gente tenta quebrar essa separação que existe lá fora, nas empresas capitalistas, que é o trabalho intelectual e o trabalho braçal, e que é a gestão e a execução. Aqui a ideia é juntar tudo, aqui a gente pensa e faz.”

E4: “Muitos anos que eu vinha pedindo emprego a Deus e me colocou aqui... porque a sociedade não me quis. Então eu vim procurar aqui e achei. Eu tenho como uma luta, me encontrei aqui. Porque a sociedade só quer quem tá bom, quem tá ruim ela despreza. (...) Eu tentei ter outros trabalhos antes, mas não consegui... na verdade eu até conseguia, mas não ficava, por causa dessa maldita sociedade que não dá apoio a ninguém. Eles querem os sãos, os doentes não. (...) Se todo mundo ficasse um do lado do outro fazendo a sua parte, acho que não seria tão ruim assim.”

E5: “Meu último emprego foi em uma fábrica de cintas para mulheres, trabalhava para grandes marcas. (...) E aí, eu fiquei afastada uns quatro anos (...) e depois pensei em tentar voltar para o trabalho. Aí, quando eu cheguei lá na fábrica, todo mundo me recebeu bem, menos minha chefe. (...) Ela falou assim para mim: apareceu a funcionária fantasma. Aí eu, que estava dopada de remédio, porque foram quatro anos até acertar a medicação, senti que foi uma palavra muito forte, muito desagradável. (...) É uma fala que eu nunca vou me esquecer. (...) Eu virei as costas e fui embora. Fui direto para o CAPS, foi quando eu tive mais uma crise. Por causa de uma palavra, essa crise veio mais forte. Então, eu pensei: se ela falou que eu sou uma funcionária fantasma, então não vou servir para mais ninguém. Para a sociedade, eu sou inútil. Ainda mais uma pessoa negra, né? (...) O capitalismo não tem setor para pessoas de saúde mental, infelizmente. Mas existe a gente aqui que prova que nós somos capazes de ter uma autogestão, somos capazes de não ter patrão, não ter

gerente, ninguém manda em ninguém. (...) Aqui é o lugar para você voltar à sua dignidade, voltar a ser quem você é, de verdade mesmo, sabe? Aqui é o lugar que ninguém vai olhar para você e falar que você é inútil, imprestável, que você não sabe de nada, que você é uma burra. (...) No capitalismo é só hierarquia, um batendo o outro, um comendo o outro, um puxando o tapete do outro. E aqui não tem nada disso... tem brigas, logicamente. Aqui não é só flores, viu? Aqui tem brigas, tem discussões, mas é isso. É a vida, né? Se não, tem algo errado.”

E6: “Eu trabalhei em vários lugares, (...) mas o que eu faço aqui é diferente de tudo que eu já fiz. Sobretudo, dividir as ideias com todo mundo, aceitar que o outro pode ser diferente... é tudo muito novo, mas muito bom. Faz a gente crescer.”

Diante das falas selecionadas, é possível notar que os entrevistados se sentiam limitados frente às exigências por vezes descabidas presentes em determinadas experiências passadas de trabalho. Nesse sentido, as falas esboçam uma clara comparação entre os modos de produção capitalista e solidário, o que evidencia, por um lado, as dificuldades encontradas para tentar se estabelecer no mercado capitalista e, por outro, as possibilidades que se abriram ao se inserirem no campo da economia solidária.

Diante disso, é possível estabelecer relações com alguns levantamentos teóricos presentes na sessão 2 desse estudo. Por exemplo, Bello (2012) ressalta que a busca pelo lucro é o objetivo final das empresas capitalistas, o que gera um descaso frente às condições de trabalho, sendo o objetivo último o aquilo o que realmente importa. Nesta mesma linha, Antunes (2018), contribui ressaltando que a hegemonia do capital financeiro comanda a lógica trabalhista. Tal argumentação reforça o que é encontrado nos discursos dos entrevistados ao descreverem suas experiências de trabalho passadas desagradáveis.

Já os autores Santiago e Yasui (2015) e Andrada e Esteves (2017) apontam, respectivamente, que, embora o trabalho esteja presente também nas iniciativas solidárias, as condições materiais e imateriais também estão em questão. Assim, os autores concluem que a economia solidária se contrapõe à lógica produtiva do capitalismo. Nesse sentido, a segunda dupla de autores explicita que a economia solidária possui, desde suas bases, princípios anticapitalistas.

Em concordância, as contribuições de Veronese e Guareschi (2005) reforçam que a questão central da economia solidária não é o dinheiro e o lucro, mas sim a criatividade, o saber e o trabalho.

Destarte, os discursos selecionados reforçam e se encontram dentro dos apontamentos teóricos descritos acima, gerando ainda mais sentido quando os trabalhadores esboçam uma comparação entre essas duas formas de produção. Assim, é evidente que as condições de trabalho e as possibilidades de desvelar as habilidades de cada um, tornam-se mais possíveis e, sobretudo, incentivadas, dentro da proposta econômica solidária.

3) A proposta da economia solidária e a relação com o coletivo

E1: *“O pioneiro da economia solidária foi o Paul Singer. (...) É você, digamos, pegar uma empresa falida e os trabalhadores assumem, e aí ela produz e deixa de ser falida. (...) Eu acho que essas questões aí da economia solidária... ser solidário, o que é ser solidário, né? Participar, é ser parceiro do outro, vender comida de verdade, sem veneno. Então, essa é a questão da parceria, né? Essa questão do coletivo eu acho que é importante, porque aqui tem as facilitadoras da prefeitura e elas nos acompanham. A gente toca sozinho os projetos e as facilitadoras ajudam a gerir o trabalho. (...) Estou aqui desde 2016 até hoje... então a gente conhece bastante gente e as pessoas têm a satisfação de te ver aqui. (...) A gente tem esse respeito um pelo outro, né? Eu acho que tem hora que o bicho pega, mas é assim, às vezes a galera está estressada e não respeitamos o espaço do outro, mas aí tem as reuniões para polir essas questões, né? Então, a gente participa e interage. (...) E a gente sabe de onde vem os nossos produtos, conhece os trabalhadores do campo que estão produzindo para a gente vender aqui. (...) O produto orgânico. Então, a gente tem essa questão de estar representando os trabalhadores do campo, a cultura familiar, as mulheres, crianças... Hoje já se fala muito na economia solidária.*

E2: *“É uma forma de ocupar um espaço que é público, que tem uma proposta muito legal, que além da saúde mental, acolhe pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, pessoas que são do território. Dentro da economia solidária e da autogestão, tem muito essa questão da formação de rede, e do território mesmo. Então a gente diz que a gente também criou uma raiz aqui e com as pessoas daqui do Butantã. (...) Aqui, tem que participar da assembleia, da reunião do empreendimento, da organização da semana...o momento de reunião é um momento remunerado, que conta com uma hora de trabalho, então, é uma coisa que incentiva a participar também. (...) O trabalho não é o mesmo para todas as pessoas, mas a remuneração é, por conta de ser um rateio. (...) A gente tem uma moeda social chamada ‘Qualquer’. 1 Qualquer equivale a 1 real. Aí a gente faz uma doação pros trabalhadores de 150 Qualquer por mês, mas esse Qualquer só pode ser usado aqui no ponto, só pode gastar aqui entre os empreendimentos. E aí no final do mês, o empreendimento vai lá na comissão financeira e troca o Qualquer por dinheiro, e aí esse Qualquer vai voltando e alimentando aqui dentro... gira bastante. (...) As entregas, hoje em dia, estão sendo*

feitas todas por bicicleta, o que era um sonho, porque usar carro vai contra um dos princípios aqui do Ponto e da economia solidária, que é a sustentabilidade.

E3: *“Eu acho que a economia solidária traz bastante os processos democráticos de construção do trabalho, a compreensão do que é o trabalho e qual é a cadeia que existe. (...) Eu acho que é uma semente, dentro do que eu acredito ser possível, de alternativa ao trabalho no mundo capitalista. Não acho que é revolucionário, não acho que vai alterar todas as estruturas do trabalho, mas acredito que pode ser uma promessa, uma potência de reorganização do trabalho e da vida humana. Principalmente agora, que eu acho que a gente está entrando num acirramento mesmo das contradições e das desigualdades. E com a tecnologia, com mudanças no mundo, climáticas inclusive, eu acho que a gente vai ter que, nos próximos anos, cada vez mais repensar o trabalho.(...) É bem difícil se organizar coletivamente. É muito importante dizer que aqui a gente não é isento de vários problemas, de várias dificuldades que a gente encontra lá fora. Mas a possibilidade de resolver coletivamente já é um respiro. É como se a gente pudesse realmente fazer parte de um coletivo, o que a gente não consegue fazer em uma empresa comum.”*

E4: *“Eu acho que a economia solidária tem que ser uma coisa assim... um ajudar o outro. Isso é muito difícil nesse mundo, a pessoa querer ajudar um ao outro. Um ou outro serve, tem essa capacidade. (...) E ser solidário. Não ser sozinho, sabe? A gente ser companheiro com o outro, querer ajudar o outro, querer estar junto. (...) Eu acho que o mundo seria melhor se fosse tudo assim. Seria uma vida melhor.”*

E5: *“Aqui é um lugar de poder de fala. A gente pode colocar nossas ideias, e essas ideias muitas vezes são acatadas. Então é bom por causa disso, porque a gente fala e as ideias da gente são acatadas e depois que é acatada, aí vai na prática, aí vai ver que aquilo deu certo. Por aquela fala que a gente teve, aí todo mundo vai discutir. E dá certo, entendeu? São muitas coisas aqui que foi pela fala de uma pessoa que resolveu tudo.(...) Todo mundo aqui da casa se reúne e tem uma votação pra ver o que acha, se é bom, ou se é ruim pra nós. (...) Só nós entendemos a nossa contabilidade. Ninguém entende, só nós. Só nós fazemos a nossa conta, fazemos o que gasta, o que tira do fundo, tira o que gastou,”*

E6: *“Fazer economia solidária foi um aprendizado nosso desde que a gente ocupou o espaço. A gente não sabia como ia montar isso aqui. As coisas foram acontecendo e a gente foi descobrindo. (...) Nas assembleias, aparecem os problemas e tudo, mas eu acho que é uma busca, sempre foi e tem que continuar sendo, para que a gente realmente faça economia solidária, né? Porque ela não está pronta. Por mais que tenha teorias, e até o Paul Singer esteve aqui em 2016, ela é para ser*

construída. E a gente, nesse tempo, nesses sete anos, a gente se misturou muito, o que é bom. Então, é um desafio, né? Não somos só a Saúde Mental, a gente tem comunidade. (...) Dá medo desse aprendizado, porque às vezes você acha que não vai dar conta. (...) A gente faz muita coisa diferente que dá medo, mas eu acho que vale a pena. (...) Eu acho que o que a gente faz aqui é uma conquista, porque a gente tem que ir atrás das coisas. Tudo aqui a gente tem que ir buscar. Então, mesmo que tenha pouca iniciativa, um é empurrado pelo outro, pelo grupo. Então, eu acho que uma das coisas é essa responsabilidade, né? Comigo, com o outro, com o coletivo do outro. (...) É um desafio, mas é muito interessante... eu acho que faz a gente crescer muito. Cada um vem de uma realidade, né? Tem um contexto familiar, social... e aqui a gente faz tudo junto. Então, é um desafio, é um crescimento.”

As descrições a respeito da proposta da economia solidária e sobre como o coletivo e as relações estruturam tal vivência apareceram nas falas selecionadas acima. Os participantes reforçam uma das características mais fundamentais dessa forma de estruturação e produção: a possibilidade da participação, a importância de considerar a opinião de cada um e a organização do trabalho a partir das assembleias.

Além disso, as falas dos entrevistados podem ser relacionadas com algumas colocações presentes nos tópicos 2 e 4 desse estudo. De acordo com Andrada e Esteves (2021), a ética solidária entende que a emancipação social, econômica e política só acontece a partir da luta coletiva, algo que contraria a ideia de individualidade presente no sistema capitalista.

Ademais, é possível estabelecer um diálogo entre os discursos dos participantes com aspectos da sessão 4 desse trabalho, o que ressalta ainda mais a importância do coletivo. Por exemplo, Lima (2014), ao citar Heidegger, expõe que o movimento do homem em relação aos outros seres, ou seja, *Dasein* e entes que têm ou não o modo de ser *Dasein*, garante uma dimensão de cura (*Sorge*). Como contribuição para essa ideia, Nogueira (2006), afirma que o ser *Dasein* jamais está isolado, mas sim está situado em uma totalidade nas quais as relações com outros seres estão presentes. Em concordância, Heidegger (1981), descreve que o mundo é sempre algo partilhado com os outros, ou seja, em suas palavras, o mundo do ser-aí é um *mundo-com* (*Mitwelt*).

Tais pontos teóricos reforçam a importante dimensão que a experiência do coletivo traz para os trabalhadores do Ponto e, sobretudo, como as possibilidades de *ser* são vivenciadas dentro de um mundo compartilhado.

4) Possíveis críticas a respeito da economia solidária

E2: *“O difícil é que a renda é sempre variável, então depende muito. Tinha meses que era muito bom, no sentido de trabalhar poucas horas, e essas horas valerem muito mais do que lá fora, e tinha meses que era muito ruim, no sentido de trabalhar mais horas, e essa hora ser pouco e não ser suficiente, mas eu sempre via o potencial de ser muito melhor do que lá fora. (...) Mas é um trabalho feito pelas próprias pessoas que estão no empreendimento. Como conciliar isso? Para fazer isso dar certo, dá muito mais trabalho, e aí se você já está com muito trabalho, você não consegue se dedicar mais a alavancar, é um processo muito cansativo, e demorado.”*

E3: *“Aqui a gente tenta se organizar em um modelo de autogestão de maneira horizontal, sem chefes. Mas a gente nem sempre consegue, né? Essa é uma grande disputa aqui dentro mesmo. Não porque as pessoas não queiram fazer isso, mas porque é realmente um processo muito difícil de se estabelecer, principalmente depois que você passa uma vida inteira vivendo a heterogestão, vivendo não como um sujeito da sua própria história, pelo menos dentro do trabalho, pelo menos dentro da geração de renda. Então quando chega aqui, é tudo muito difícil de se apropriar da ideia de que nós somos um indivíduo, mas também somos parte de um coletivo. E essa troca de indivíduo e coletivo precisa existir pra gente poder fazer autogestão. Essa é uma coisa difícil de entender e começar a praticar. Então, acho que a gente tem bastante dificuldades, apesar de tentarmos muito se organizar na autogestão. Acho que às vezes a gente fica tanto na horizontalidade, às vezes a gente fica como se fosse na diagonal. Então a gente tenta fomentar essa discussão a todo tempo com muitos parceiros externos, (...) fazer formações sobre a economia solidária e autogestão aqui dentro. Porque eu acho que sem a formação contínua dentro da economia solidária, a gente não vai conseguir executar a autogestão de maneira nenhuma. É um dos eixos, aliás, da economia solidária, a formação contínua dos trabalhadores e trabalhadoras. (...) Tem muitos empecilhos ainda, muitas dificuldades, de modo que nem sempre a gente é um coletivo de autogestão. (...) Agora, o que talvez não funcione, e aí eu também não sei explicar até hoje, é a geração de renda. Existem várias hipóteses, a própria competição com o outro mercado, o mercado capitalista, a dificuldade de se lançar no mundo como uma alternativa, e aí eu digo até de uma dificuldade publicitária mesmo, que é a grande chave do mercado capitalista... o domínio das mentes. As nossas ideias não param em como o trabalho tem que ser organizado, ela vai pensar em outra relação total de mundo, produção, comercialização e relação entre seres humanos. E aí a publicidade para a gente não é um domínio de mente como é no capitalismo. Mas o que tem que ser? Como é que tem que ser? Acho que essa é uma dificuldade. (...) Eu não sei realmente explicar porque a gente tem tanta dificuldade de gerar renda. Mas acho que é comum, é bem comum todas as experiências de economia solidária. E esse é um grande embate até onde eu tenho visto agora. A economia solidária pode se auto sustentar ou*

ela vai sempre depender do agente externo, como poder público? Ou como financiamento privado? E se for financiamento privado a gente vai querer isso? Se vier o Carrefour querer investir na economia solidária, isso vai ser uma boa coisa? Mas sem agentes externos a gente consegue sustentar? O que falta para a gente conseguir gerar renda? E gerar renda, eu digo, uma renda digna. Que pague o aluguel, que pague o mercado, o transporte. E isso não existe nem no mercado capitalista, porque o salário mínimo não contempla essas coisas todas. Mas é que a gente não consegue chegar nem ao salário mínimo.”

E6: *“Tem uma instabilidade, mas a gente está em busca dessa garantia de renda para as pessoas.”*

Diante das falas dos participantes, é possível perceber que ainda há dificuldades apresentadas pela proposta da economia solidária, por exemplo, a de se inserir frente ao massivo mercado capitalista, ainda mais considerando não haver investimento em tal proposta - tanto financeiro, quanto de interesse - por parte dos poderes do Estado, o que gera um impasse ainda maior. Além disso, os entrevistados expõem a dificuldade de gerar renda suficiente para todos os trabalhadores da iniciativa.

Isso posto, é possível estabelecer uma relação com levantamentos teóricos da sessão 2 desse estudo. Iaskio (2006) ressalta que, devido ao mercado capitalista se constituir a partir da concorrência, muitas vezes, as iniciativas de economia solidária não conseguem acumular, pois, geralmente, não possuem recursos desde o início de suas atividades. Assim, o autor conclui que é comum que os trabalhadores de empreendimentos solidários percam sua autonomia, na medida em que tais empreendimentos possuem dificuldades de inserção no mercado capitalista, o qual circula nos meios sociais.

Além disso, outra crítica exposta é a de Baratieri e Beatriz (2013). Argumentam os autores que, para alguns, a proposta da economia solidária não passa de uma tentativa de combater as consequências do modelo econômico capitalista e, para outros, ela seria uma forma de superar o capitalismo.

Tais dificuldades de entender e sustentar onde a economia solidária se estabelece dentro do sistema capitalista ou, até mesmo, o supera, estiveram presentes nos discursos dos entrevistados.

5) Autonomia, autoestima e sentimento de importância

E1: *“Eu acho que autonomia, é... eu saí de casa e vim pra cá [no Ponto]. Saí e cheguei aqui, né? E... trabalhar e no final da tarde voltar para casa. (...) Minha autonomia está baseada nessas questões... e tomar a medicação, né? (...) Autoestima eu acho que é fazer o que você gosta. Então a convivência com as pessoas traz autoestima, né? Se ela for boa, ótimo. Se não for boa, é prejudicial. (...) Então é respeitando o outro, né? A gente precisa da diversidade. Eu acho que isso é a autoestima.”*

E2: *“Aqui você pode escolher se você vai executar número X de tarefas agora, ou se você vai deixar pra depois, você toma as próprias decisões e tem as próprias ideias. Se você não fizer, ninguém vai fazer por você. Então tem essa questão da autonomia. Isso também está relacionado com dinheiro. (...) A moeda social que a gente criou [o Qualquer] trouxe uma autonomia pros trabalhadores, porque é uma moeda que você gasta aqui no Ponto (...), não dá pra comprar muita coisa, mas já é uma ajuda, porque você não precisa usar o seu dinheiro que você conseguiu no seu empreendimento, que você pode usar pra pagar conta, mercado... eu sinto que isso dá isso dá uma autoestima também pro trabalhador. (...) Também, não trabalhamos com conta digital, então, os trabalhadores são pagos em dinheiro, o que dá uma outra sensação. (...) Isso dá uma uma saúde pra pessoa que se vê na possibilidade de poder comprar também, porque aqui a gente vê muitas pessoas entrando o tempo todo e comprando coisas, e a gente quer ter esse acesso de usufruir das coisas que são comercializadas aqui. Eu acho que essa autonomia traz uma autoestima.”*

E3: *“Esses espaços aqui têm uma influência muito positiva na saúde mental, no sentimento de importância das pessoas, na autoestima e no se colocar no mundo. (...) Isso produz, eu acho, vários efeitos. Um deles é o senso de importância, outro é a inserção realmente num processo democrático de trabalho. É como entender que a nossa participação é importante e que a nossa opinião vale a pena.”*

E4: *“Minha autoestima melhorou trabalhando aqui. Você se dá bem com você mesmo... eu tô bem comigo mesma e com os outros, sabe? (...) Tem hora que tem hora que eu paro pra pensar e falo, será que é isso mesmo? Será que eu tenho essa capacidade? Mas aí eu olho pra mim mesma e falo, não. Eu tenho. Eu tenho, por que não? (...) Pra mim o que vale é ter capacidade pra aprender e mostrar que eu sei. Eu tenho que mostrar que eu sei fazer.”*

E5: *“Eu me sinto mais importante, porque agora eu me arrumo melhor.”*

E6: *“Então, eu acho que o trabalho aqui possibilita a autonomia da própria vida da gente. A pessoa se sente responsável pela sua vida, pelo seu tratamento, (...) você se sente forte. (...) Eu acho que*

tem dias que a gente fica meio 'ai não quero encontrar gente hoje, quero ficar em casa', mas quando você olha para o todo, você consegue superar, entendeu? Eu acho que, não só eu, mas muita gente consegue avançar. (...) A gente começa a ampliar tanto o horizonte e pensar tantas possibilidades que, por mais que você tenha o sofrimento, isso fica menor, sabe? Você consegue ver mais horizontes. (...) É claro que a renda também ajuda nisso."

A partir do exposto, é possível notar que a experiência de trabalho no Ponto permite que os trabalhadores possam legitimar e reconhecer suas capacidades. Dentro disso, aspectos como, administrar o próprio dinheiro, conseguir executar uma tarefa, sentir-se confiante e poderoso, entre outros, foram evidenciados nas falas dos participantes.

Diante disso, há possíveis relações com alguns levantamentos teóricos presentes nos tópicos teóricos 2, 3 e 4 do presente trabalho. Primeiramente, o capítulo 2 traz contribuições a respeito do tema do dinheiro e das ressonâncias envolvidas nisso. Moraes e Castro-Silva (2016) colocam que os trabalhadores de iniciativas de economia solidária vivenciam alguns sentidos no ato de comprar, por exemplo, autonomia, cidadania, afeto, simplicidade e liberdade, o que conversa com o que foi descrito pelos participantes da pesquisa.

Além disso, o reconhecimento da importância e das capacidades de si mesmo apareceu nos discursos dos entrevistados, o que pode ser relacionado com as contribuições de Andrade et al. (2013) e Santiago e Yasui (2015) na sessão 3. A primeira dupla de autores expõe que, a partir das mudanças relacionadas à maneira de se referir ao louco, notou-se o quanto fundamental seria a desconstrução do estigma de que o louco é alguém incapaz de governar sua vida e de trabalhar. Em complemento, a segunda dupla de autores aponta que, no campo da saúde mental, a economia solidária oferece um fomento da luta por um novo olhar sobre a loucura, a partir do qual o sujeito não deve ser afastado do corpo social.

Por fim, o tópico 4 contribui, na medida em que Veronese e Guareschi (2005) ressaltam as múltiplas possibilidades do sujeito e, nesse sentido, o louco não deve ocupar mais o lugar estático de incapaz diante da sociedade, mas sim deve-se compreender suas infinitas possibilidades de *ser* e suas capacidades. Através do olhar fenomenológico-existencial a partir da contribuição de Braga e Farinha (2017), é possível compreender que, na medida em que os trabalhadores experimentam a atividade laboral no Ponto, vivenciam algumas de suas possibilidades existenciais de *ser*; uma vez que são seres *Dasein* e, portanto, trazem consigo a abertura às infinitas vivências dos fenômenos.

6) Lutas, resistências e esperanças

E2: *“Quando o Instituto Butantã quis tirar a gente daqui a gente não aceitou, porque eles queriam mandar a gente para outro lugar. E por mais que a gente não fosse deixar de existir e só iríamos pra outro lugar, aqui a gente já tem uma conexão muito forte. (...) Eu diria que, apesar de ser muito o que está acontecendo aqui dentro, é pouco proporcionalmente ao que acontece no Brasil e no mundo nesse âmbito da saúde mental. Eu gostaria que fosse mais.”*

E3: *“Aqui no Ponto a gente está indo pra frente, seja via parcerias com o poder público, via emendas, com ONGs, com o trabalho aqui de dentro mesmo que está sendo expandido aqui pela comunidade... então a renda está aumentando. Em comparação com 2016, cresceu muito. Eu cheguei em 2018 aqui e na livraria as meninas ganhavam, sei lá, 50, 100 reais por mês. Agora está melhor. (...) Eu acho que realmente vai chegar o dia em que as pessoas vão chegar aqui e vão poder trabalhar e ganhar sua renda sem precisar fazer outros trabalhos lá fora. (...) É a construção de um novo mundo e, para isso, a gente tem que começar com pequenas escalas e depois vai estendendo, até o dia em que isso vai virar um foco revolucionário a gente vai destruir esse sistema. (...) Até lá a gente vai tentando seguir. E eu acho que a participação do poder público e das políticas públicas com a economia solidária serão essenciais.”*

E4: *“Eu quero um dia que eu possa falar que eu sou... somos... somos e seremos solidários. Eu torço por isso.”*

E5: *“Aqui é uma casa de saúde mental que foi cedida pela prefeitura, com muito esforço, com muita fala forte, com muitas idas e vindas na câmara, todo mundo lutando, batalhando e acreditando. (...) Você ficou sabendo do Instituto Butantan? Que quis tomar a nossa casa? (...) Nós protestamos. Eu fui na reunião. Para falar a verdade, eu era a única negra. Eu até chorei. (...) Eles queriam tomar aqui para fazer estacionamento. Queriam quebrar tudo. Imagina. Ai deixamos o diretor lá falar bastante. Depois eu falei assim... ‘olha aqui, você está pensando que você vai tomar a nossa casa? Você não vai tomar a nossa casa. Ali é nossa casa, você está entendendo? E por que você quer a nossa casa? Sendo que você pode ter outros lugares muito melhores do que aquela casa. Por que você está de olho na nossa casa? Por que você está mexendo com a gente? Você acha que nós não somos nada? Você acha que a gente não pode nada? Você acha que a gente vai perder essa causa? Não vamos perder. (...) Que vergonha para você querer tomar uma casa de saúde mental. Você sabe o que nós passamos? Você sabe quanto nós recebemos pelo nosso trabalho? Você sabe da nossa luta? Se você quiser saber, você vai lá na nossa casa saber da nossa luta. Você sabe quanto nós recebemos por mês? Olha, eu recebo 500 reais por mês. E aí? É bom pra você? (...) Aquela casa é nossa. (...) A casa é velha, caindo aos pedaços, mas é nossa. (...) Aquela casa tem muito afeto, tem*

história. Aquela casa não está aberta como você pensa que está aberta. Você pensa que somos coitadinhos, não somos coitadinhos. Está pensando que você vai nos esconder? Você não vai nos esconder. (...) Você não tem o direito de se intrometer na nossa casa de saúde mental. Entendeu? É nossa. É nossa luta. E se você for procurar, você vai saber quanto nós lutamos para ter aquela casa'. (...) Conseguimos. Não sei da onde eu tive força. (...) É uma luta constante, e ainda continuamos a ser ameaçados. (...) Uma hora tá quente demais, outra hora tá morno, mas não pode esfriar; entendeu? Tem que estar quente demais ou morno, mas nunca esfriar nem congelar. Nossa, que ideia bonita que eu pensei agora falando com você!”.

E6: “Quando a gente recebeu a chave dessa casa em 2012, a gente levou três anos para conseguir plantar esse projeto e poder usar. Em 2015, a gente conseguiu uma reforma porque a casa estava depredada e foi invadida várias vezes. (...) A gente fazia essa luta para ter esse espaço. (...) E a gente queria manter esse sonho vivo. (...) Fomos conquistando as coisas na rede de saúde mental. (...) Nós da saúde mental já tivemos tantas perdas e ainda temos... a gente tem que lutar para ter lugares como esse. E expandir o lugar, abrir outros... é um sonho nosso. E reforçar esse que existe, né? (...) A gente não pretende abrir mão de forma nenhuma desse lugar. (...) Mas eu acho que precisamos pensar estratégias de resistir, de garantir esse espaço. (...) A gente quer ampliar esse espaço para mais gente, para mais lugares, para que essa ideia realmente seja valorizada pelas instâncias e por todo mundo. Eu acho que a gente já tem o reconhecimento, mas falta fortalecer. Falta apoio para abrir outros. É uma luta constante muito importante, mas que vale, não é? (...) Por mais que seja muita luta, é isso, é um jeito de construir espaços libertários. E quem sabe um dia a gente possa afastar o manicômio daqui. Então, as pessoas poderem ter lugar para ir, para estar, se sustentar, cuidar da vida, sem espaços médicos.”

Primeiramente, é importante explicitar que as falas dos entrevistados E2 e E5, os quais citam o Instituto Butantã, ambos estão se referindo, ao tocarem nesse assunto, ao caso que ocorreu em 2022, quando o Instituto, com a justificativa da existência de uma obra de expansão, tentou realocar o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã para outro lugar.

Frente às falas do presente tópico, é possível perceber que foram enfrentadas diversas lutas para a criação e a persistência de um lugar como o Ponto, as quais continuam sendo revividas diariamente. Além disso, ao se considerar que a proposta se trata de uma iniciativa que esboça uma nova possibilidade de entender e executar a atividade laboral, a esfera de resistência ocupa todo o espaço. Nesse sentido, os entrevistados trazem consigo

falas de esperança que ajudam a alimentar essa luta constante que é repensar o lugar do louco e de suas potencialidades.

Diante disso, é possível estabelecer relações com levantamentos teóricos das sessões teóricas 2 e 3 desse trabalho. Nota-se que há um diálogo com a colocação de Andrada e Esteves (2017), uma vez que tais autores expõem que se trata de uma luta que aglutina diversos movimentos sociais com reivindicações e processos organizativos próprios, mas que, de certa forma, encontram na luta da economia solidária uma representação do todo.

Além disso, partindo da ideia de que há a descrição de um sentimento de esperança nos discursos dos participantes, pode-se estabelecer um diálogo com a contribuição de Rotelli (2000). Segundo o autor, a transformação na sociedade deve ir além da ausência do estigma do louco e dos manicômios, mas também que os excluídos da sociedade possam criar produtividades a partir de um restabelecimento político, administrativo, técnico, operativo, cultural e afetivo. Tal visão está estritamente ligada com a persistência de uma esperança em uma sociedade diversa e não-higienista, o que está bastante presente no imaginário dos trabalhadores entrevistados.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou desvelar quais os possíveis aspectos de inserção psicossocial que a experiência de trabalho em uma iniciativa de economia solidária gera nos trabalhadores usuários da saúde mental, e compreender quais os sentidos das vivências desse grupo nesse contexto. Dentro disso, a pesquisa também tinha como objetivo descrever como o trabalho na lógica da economia solidária atua como um movimento de resistência; elencar as possíveis controvérsias e/ou dificuldades de inserção deste tipo de trabalho dentro do sistema capitalista brasileiro; e discutir, a partir da fenomenologia-existencial, possibilidades de desvelar as potencialidades que essa forma de trabalho promove e, assim, gerar uma visão mais ampliada sobre o tema.

Para tanto, foi realizada uma revisão teórica estruturada em tópicos separados por temáticas e, além disso, foram feitas seis entrevistas com trabalhadores do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã. A partir disso, foi possível compreender amplamente a temática estudada, uma vez que a parte teórica e a parte prática contribuíram uma com a outra, promovendo uma discussão interessante sobre o tema.

Diante da bibliografia e dos discursos de pessoas que vivenciam a proposta da economia solidária, notou-se que, apesar de tal iniciativa ainda carecer de recursos para se estruturar e garantir maior espaço dentro do mercado capitalista ou, até mesmo, superá-lo, é evidente as significativas possibilidades que esta traz. Além do mais, ao tratar-se de uma população estigmatizada socialmente, devido ao atravessamento da questão da saúde mental, é essencial reconhecer o quão potencializadora uma experiência de trabalho como esta pode ser.

Nesse sentido, diante das falas dos participantes da pesquisa, compreende-se que a vivência do trabalho e do coletivo na esfera da economia solidária proporciona uma importante forma de ressocialização e de explorar as capacidades que, muitas vezes, nunca tiveram a chance anteriormente de ser mostradas ou, até mesmo, reconhecidas pelo próprio sujeito, além da sociedade e o mercado de trabalho capitalista.

Ademais, observou-se aspectos fundamentais das entrevistas, os quais foram analisados a partir dos seguintes núcleos de sentido: significado e razão do trabalho executado no Ponto; experiências de trabalho passadas e a comparação entre o modo de produção capitalista e o solidário; a proposta da economia solidária e a relação com o

coletivo; possíveis críticas a respeito da economia solidária; autonomia, autoestima e sentimento de importância; e lutas, resistências e esperanças.

A pesquisa abrangeu um diálogo entre a proposta da economia solidária e as noções fenomenológicas-existenciais. Essa aproximação foi possível de ser realizada, já que ambos os temas caminham para a ideia de abertura ao mundo que pode ser vivenciado por todos. Seja através do olhar da Reforma Psiquiátrica (também explorado na presente pesquisa), seja por meio da Fenomenologia, repensar o lugar do indivíduo que sofre mentalmente na sociedade é possível e necessário e, além do mais, a proposta da economia solidária aparece como uma possibilidade, dentre tantos outros significados, de vivenciar as potencialidades de *ser* de todos seres *Dasein*, incluindo os ditos loucos.

Nesse contexto, a pesquisa correspondeu aos objetivos traçados inicialmente e pôde suprir aquilo que justificou a escolha do tema, sendo este uma discussão importante que se estabelece no encontro entre duas questões sociais relevantes: o trabalho e a saúde mental. Além disso, o estudo contribuiu, dentro de suas limitações, para a Psicologia, uma vez que trata de questões humanas, de relações, de saúde mental e de trabalho, sendo que esses temas estão presentes no campo de atuação dos profissionais da área.

Isto posto, contar com o apoio e disponibilidade do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã e seus trabalhadores foi fundamental e de grande apreço. O contato com as vivências dos entrevistados possibilitou uma pluralidade e enriquecimento para o estudo.

Além do mais, o aspecto que se apresentou como mais desafiador na pesquisa foi o de explorar as noções fenomenológicas-existenciais e relacioná-las com a temática da pesquisa. Isso porque, apesar de estabelecer uma correlação evidente no sentido até mesmo metafórico e poético do existir, debruçar-se sobre a perspectiva em questão tornou-se um desafio.

Concluiu-se que, por um lado, ainda há muito o que se investir no âmbito da economia solidária, tanto em termos financeiros, quanto em estudos, já que trata-se de uma mudança recente na história das formas de produção. Como exemplo disso, até mesmo os próprios trabalhadores relataram nas entrevistas ser necessário relembrar constantemente os princípios e sentidos da proposta, já que tal maneira de produção caracteriza-se de forma completamente diferente ao que está enraizado socialmente no imaginário das pessoas, isto é, a lógica de produtividade capitalista.

Por outro lado, embora a presente pesquisa tenha suas limitações, afinal leva em consideração alguns levantamentos bibliográficos e apenas uma experiência prática (Ponto Butantã), a partir do que foi estudado e daquilo que é relatado diante do que é vivenciado

em tal instituição, a economia solidária proporciona não apenas possibilidades de conhecer as habilidades relativas ao trabalho em si, mas também de revelar novas camadas do existir de cada sujeito, o que, certamente, as levam para um caminho mais próximo à saúde e ao bem-estar.

Como sugestão a futuras(os) pesquisadoras(es) que pretendem se enveredar em indagações sobre esse tema, acredita-se ser importante conhecer e expor no texto outras vivências de iniciativas econômicas solidárias ou, até mesmo, traçar um mapeamento daquelas já existentes. Isso trará um aprofundamento na temática e possibilitará que cada vez mais essa importante proposta seja reconhecida e incentivada.

REFERÊNCIAS

ABILIO, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3). Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/psicop/v18n3/0718-6924-psicop-18-03-41.pdf>

AMARANTE, Paulo (org.). Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 1995, Rio de Janeiro, SDE/ENSP. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-646182>

AMARANTE, P. (2007). SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 120 pp. (Temas em Saúde). Disponível em: <https://taymarillack.files.wordpress.com/2017/09/212474750-amarante-p-saude-mental-e-atencao-psicossocial.pdf>

ANDRADA, C; ESTEVES, E. **Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Egeu-Esteves/publication/323443680_Sonho_historia_loucura_Economia_Solidaria_um_movimento_de_resistencia_no_mundo_do_trabalho/links/5b913d0c4585153a53fd8525/Sonho-historia-loucura-Economia-Solidaria-um-movimento-de-resistencia-no-mundo-do-trabalho.pdf

ANDRADE, M. C. et al.. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 174–191, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RyhNc6HDZG7BTsHrM3djHnc/?format=pdf&lang=pt>

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital. Ed: Boitempo, pg: 50, 2018. Disponível em: <https://nestpoa.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/09/ra-ps.pdf>

BARATIERI, Iara Lais Raittz; BEATRIZ, Marilene Zazula. Campo de atuação do(a) psicólogo(a) no movimento da Economia Solidária no Brasil. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 71-86, jun. 2013. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 maio 2023.

BASAGLIA, Franco. A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico; tradução de Heloisa Jahn. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências; v. n. 17). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/252063512/BASAGLIA-Franco-as-Instituicoes-Da-Violencia#>

BASAGLIA, Franco. O homem do pelourinho. Educação e Sociedade, n. 25, ano 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5263599/mod_resource/content/1/BASAGLIA%20O%20homem%20no%20pelourinho.pdf

BELLO, E. (2012). A Teoria Política da Propriedade na Era Moderna: ascensão e crítica do Individualismo Possessivo. **Revista Quaestio Iuris**, 5(1), 220–241. <https://doi.org/10.12957/rqi.2012.9867>

BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães; FARINHA, Marciana Gonçalves. Heidegger: em busca de sentido para a existência humana. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 65-73, abr. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100008&lng=pt&nrm=iso>.

BRASIL. Definição de Saúde Mental disponível no Site do Governo Federal Brasileiro: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>

CARDOSO, P. M; BERTASSONI, S. G; FURTADO, H. A. (2013). A Reforma na Saúde Mental no Brasil e suas Vinculações com o Pensamento Fenomenológico. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, vol. XIX, núm. 2, julho-diciembre, 2013, pp. 230-239. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3577/357735519012.pdf>

DARTIGUES, André. O que é a fenomenologia? Tradução de Maria José J. G. de Almeida. - São Paulo: Centauro, 2005. Disponível em:

<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXhcnFlaXZvc2VmaWZyc3xneDo0OTA4ZGM3ZmFhYTg1ZGUz>

DEJOURS, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 54 (4), 7-11. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5751578/mod_resource/content/0/Por%20um%20novo%20conceito%20de%20saude%20DEJOURS.pdf

DIMOV, Tatiana; NOBREGA, Juliana da Silva. A questão da Saúde do Trabalhador em empreendimentos autogestionários. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 129-142, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 maio 2023.

ESTEVES, E. G et al. Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho. Editora Vozes - 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320865951_Fontes_do_pensamento_e_das_praticas_em_Psicologia_Social_do_Trabalho

ESTEVES, Egeu G.; ANDRADA, Cris F. O que é economia solidária? In: Fabrício G. Leonardi; Gabriela A. Wagner; Raiane P. S. Assumpção. (Orgs.). Metodologias participativas para a construção de uma educação em direitos humanos. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354451523_O_QUE_E_ECONOMIA_SOLIDARIA

FBES. Carta de princípios da Economia Solidária. In: III Plenária Nacional da Economia Solidária, 2003. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>

FRAYZE-PEREIRA, J. A. Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política. *ESTUDOS AVANÇADOS* 17 (49), 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DXNtq8VnSpjxsh5YvgYX8qM/?format=pdf&lang=pt>

GOTO, Tommy. Introdução à Psicologia Fenomenológica. Paulus Editora, 2014. Disponível em:

<https://www.skoob.com.br/livro/pdf/introducao-a-psicologia-fenomenologica/31696/edicao:34509>

HEIDEGGER, M. (1981). *Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social*. São Paulo: Moraes. Disponível em:

<https://pdfcoffee.com/todos-nos-ninguem-martin-heideggerpdf-pdf-free.html>

IASKIO, Emerson L. Schmidt. A economia solidária diante da concorrência capitalista: os limites econômicos da autogestão. *Emancipação*, 6(1): 119-143, 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/75/73>

LEITE, M. de P. (2009). A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 24(69), 31-51. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100003>

LIMA, Ivete Braga de. Reflexões fenomenológicas sobre o sofrimento em relação ao trabalho. 2014. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_8786adccf1287dc92c6e0066a584939d

LUSSI, I.; MORATO, G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar (Impr.)* ; v. 20(3): 369-380, set.-dez. 2012. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2012.037>

MARTINS, J.; BOEMER, M.R.; FERRAZ, C A . A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações. *Rev. Esc. Enf. USP, São Paulo*, 24(1):139-147, abr. 1990

MORAES, R. C. P. DE .; CASTRO-SILVA, C. R. DE .. Sentidos e Processos Psicossociais envolvidos na Inclusão pelo Trabalho na Saúde Mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.

36, n. 3, p. 748–762, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/njC3shgXcpjzK58ykVytnvB/abstract/?lang=pt#>

NOGUEIRA, R. P. An existential analysis of health. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.10, n.20, p.333-45, jul/dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2006.v10n20/333-345/pt>

OLIVEIRA, F. de, NEVES, T. F. S. das, & SINGER, P. I. (2003). Entrevista: Paul Singer. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 6, 109-111. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v6i0p109-111>

PAPARELLI, R., SATO, L., & OLIVEIRA, F. de .. (2011). A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. *Revista Brasileira De Saúde Ocupacional*, 36(123), 118–127. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/YfMz55kDCyzXjny74jw6DbN/?format=pdf&lang=pt>

PUCHIVAILO, Mariana Cardoso; SILVA, Guilherme Bertassoni da; HOLANDA, Adriano Furtado. A Reforma na Saúde Mental no Brasil e suas Vinculações com o Pensamento Fenomenológico. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, vol. XIX, núm. 2, julio-diciembre, 2013, pp. 230-239. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3577/357735519012.pdf>

RIBEIRO, Débora Inácia. O trabalho manual comunitário e o desvelamento de si-mesmo em Heidegger. 2018. 139 f. Tese (Educação, Arte de História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/24659/D%c3%a9bora%20In%c3%a1cia%20Ribeiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

RODRIGUES, T. de J. (2023). Quilômetros da fome: As debilidades da uberização do trabalho e a subordinação do novo sujeito neoliberal. *Laborare*, 6(10), 178–190. Disponível em: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2023-187>

ROTELLI, F. Empresa social: construindo sujeitos e direitos. In: AMARANTE, P., org. Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Loucura & Civilização collection, pp. 301-306. ISBN 978-85-7541-319-7. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/htjgj/pdf/amarante-9788575413197-15.pdf>

SANTIAGO, E.; YASUI, S.. SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CARTOGRAFIAS DO SEU DISCURSO POLÍTICO. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 700–711, set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZBCSV6DtXvtcYbVZmv8DTC/abstract/?lang=pt#>

SARACENO, Benedetto. Libertando Identidades. Da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Te Corá Editora, Instituto Franco Basaglia, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 1999, 176 p. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000354736>

SERAPIONI, M. Franco Basaglia: biografia de um revolucionário. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, n. 4, p. 1169–1187, out. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/xyFt7t59w8czHWXY3TSgLVLC/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, Luiz Henrique Vieira da. O estatuto formador do trabalho para o capítulo IV da Fenomenologia do Espírito de Hegel. Dissertação (Filosofia). 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/48464>

SINGER, P.. Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e Estado*, v. 16, n. 1-2, p. 100–112, jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Xy7BmyrV8tHfwKNVhmSXFyw/?format=pdf&lang=pt>

SOUZA, André Ricardo de. Um exame da economia solidária. *Otra Economía*, [S.L.], v. 5, n. 9, p. 173-184, 27 jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2011.59.05>

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P.. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 58–69, maio 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YLfbMRTfKXk8qtR8VzsZq8S/abstract/?lang=pt#>